

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (“SABESP” ou “Companhia”) é uma empresa de economia mista, com sede em São Paulo na Rua Costa Carvalho, 300, Cep 05429-900, que tem como acionista controlador o Governo do Estado de São Paulo. Atua na prestação de serviços de saneamento básico e ambiental no Estado de São Paulo, e também fornece água tratada e serviços de esgoto no atacado.

Além de atuar na prestação de serviços de saneamento básico no Estado de São Paulo, a SABESP pode exercer estas atividades em outros estados e países, podendo atuar nos mercados de drenagem, serviços de limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e energia. A nova visão da SABESP estabelece como objetivo ser reconhecida como a empresa que universalizou os serviços de saneamento em sua área de atuação, de forma sustentável e competitiva, com excelência no atendimento ao cliente.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia operava os serviços de água e esgotos em 364 municípios do Estado de São Paulo, na maioria dos municípios as operações decorrem de contratos de concessão, de programa e de prestação de serviços firmados por 30 anos. Em 5 de agosto de 2015 a Companhia assinou contrato com o município de Santa Isabel com início de suas operações em janeiro de 2016, não sendo considerado dentro dos 364 municípios. A Companhia possui dois contratos parciais com o município de Mogi das Cruzes, entretanto como a maior parte do município é atendida por atacado, o mesmo não foi considerado dentro dos 364 municípios. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuía 367 contratos.

A SABESP não está operando temporariamente, em alguns municípios, por força de decisão judicial. Os processos encontram-se em andamento e são relativos aos municípios de Cajobi, Iperó e Macatuba sendo que o valor contábil dos intangíveis desses municípios era de R\$ 9.574 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 9.578 em 31 de dezembro de 2014). Divulgações sobre os respectivos processos constam na nota explicativa 19 (c) (vii).

Encontram-se vencidos, em 31 de dezembro de 2015, 53 contratos de concessão, sendo que todos estão em fase de negociação com os municípios. Entre 2016 e 2030 vencerão 36 contratos de concessão. A Administração prevê que todos os contratos de concessão vencidos e ainda não renovados, resultarão em novos contratos, descartando o risco de descontinuidade na prestação dos serviços de água e esgoto nessas localidades municipais. Até 31 de dezembro de 2015, foram assinados 278 contratos de programa e de prestação de serviços (em 31 de dezembro de 2014 – 274 contratos).

Em 31 de dezembro de 2015, o valor contábil do intangível utilizado nos 53 municípios em negociação totaliza R\$ 6.177.433, que representam 21,66% do total, e a receita bruta desses municípios totaliza R\$ 1.589.226 em 31 de dezembro de 2015, que representam 12,94% do total.

As operações da Companhia estão concentradas no município de São Paulo, que representa 51,79% da receita bruta em 31 de dezembro de 2015 (em 31 de dezembro de 2014 – 49,42%) e 43,37% do ativo intangível (em 31 de dezembro de 2014 – 42,29%).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 23 de junho de 2010 o Estado de São Paulo, por intermédio do seu Governador, o Município de São Paulo, representado por seu Prefeito, com a interveniência e anuência da SABESP e da Agência Reguladora de Saneamento e Energia – ARSESP celebraram o Convênio com a finalidade de compartilhar a responsabilidade pelo oferecimento do serviço de abastecimento de água e esgoto sanitário na capital, pelo período de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos da lei. Além disso, atribui à SABESP exclusividade na prestação dos serviços e define a ARSESP como responsável pelas funções de regulação, inclusive tarifária, controle e fiscalização dos serviços.

Também em 23 de junho de 2010, foi assinado o “Contrato de Prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário”. O Contrato foi celebrado entre o Estado de São Paulo, o Município de São Paulo e a SABESP, pelo período de 30 anos, prorrogáveis por igual período, englobando as seguintes atividades:

- i. a proteção de mananciais, em articulação com os demais órgãos do Estado e do Município;
- ii. captação, adução e tratamento de água bruta;
- iii. coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários; e
- iv. adoção de outras ações de saneamento básico e ambiental.

A Companhia opera amparada em escritura pública de autorização em alguns municípios das regiões da Baixada Santista e do Vale do Ribeira, nos quais a Companhia passou a operar após a fusão das Companhias que a constituíram.

Em setembro de 2015, a Companhia assinou contrato de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, com o município de Santos, onde operava amparada por escritura pública de autorização. O valor contábil do intangível em 31 de dezembro de 2015 do município de Santos era de R\$ 310.693 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 205.261) e a receita bruta no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 269.530 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 231.493).

A Lei 11.445/07, em seu art. 58, define que as concessões em caráter precário, as que estiverem com prazo vencido e as que estiverem em vigor por prazo indeterminado, inclusive as que não possuam instrumento que as formalize, serão válidos até 31 de dezembro de 2010, porém a Lei 12.693 de 24 de julho de 2012, que alterou o art. 7º-A da Lei 11.578, de 26 de novembro de 2007, em seu art. 2º permite a celebração dos contratos de programa até 31 de dezembro de 2016.

A Administração da Companhia entende que os contratos de concessão ainda não renovados estão válidos e são regidos pela Lei 8.987/95 combinado com a Lei 11.445/07, assim como os municípios atendidos sem contrato.

As escrituras públicas são válidas e são regidas pelo código civil brasileiro.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As ações da Companhia estão listadas no segmento “Novo Mercado” da BM&FBovespa sob o código SBSP3 desde abril de 2002, e na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), na forma de American Depositary Receipts (ADRs) Level III, sob o código SBS, desde maio de 2002.

Desde 2008, a SABESP vem atuando em parceria com outras empresas, resultando na formação das seguintes companhias: Sesamm, Águas de Andradina, Saneaqua Mairinque, Aquapolo Ambiental, Águas de Castilho, Attend Ambiental e Paulista Geradora de Energia. Embora a participação da SABESP no capital social destas empresas não seja majoritária, os acordos de acionistas preveem o poder de veto e voto de qualidade sobre determinadas matérias em conjunto com as empresas associadas, indicando controle compartilhado na gestão dessas investidas.

Escassez hídrica no biênio 2014-2015 – As operações da Companhia vêm sendo influenciadas pela menor pluviometria e afluência já observada em 85 anos, principalmente nos reservatórios que compõem o Sistema Cantareira, o qual, em condições normais, é responsável pelo abastecimento de aproximadamente 8,8 milhões de pessoas. As estações chuvosas de outubro de 2013 a março de 2014 e de outubro de 2014 a março de 2015 apresentaram índices pluviométricos bem abaixo da média. Esta situação perdurou ao longo de 2014 e da maioria dos meses de 2015. Para enfrentar esta situação e manter o abastecimento ininterrupto ao longo de 2014 e 2015, a Companhia adotou diversas medidas desde fevereiro de 2014, entre as quais:

- Uso de bombas para extrair a água localizada abaixo do nível de captação do Sistema Cantareira, a chamada “reserva técnica”;
- Estimulo financeiro para a redução do consumo com a concessão de bonificação na conta aos consumidores, cujo volume consumido esteja abaixo da média estipulada;
- Utilização de água tratada de outros sistemas produtores para atender consumidores anteriormente abastecidos pelo Sistema Cantareira;
- Ampliação da veiculação de campanhas publicitárias para uso racional da água;
- Redução da pressão na rede de distribuição, para combater as perdas de água;
- Adequação do volume de água tratada vendido aos municípios que operam suas próprias redes de distribuição, em função da menor disponibilidade;
- Antecipação dos investimentos para ampliar a segurança hídrica na Região Metropolitana de São Paulo - RMSP;
- Execução de obras emergenciais de curto prazo que aumentam a disponibilidade de água nas represas, possibilitando melhorar e otimizar os sistemas de abastecimento da RMSP e assim amenizar os impactos da seca;
- Instalação de membranas ultrafiltrantes que permitiu elevar rapidamente a produção de água do Sistema Guarapiranga e no Sistema Rio Grande; e
- Implementação da tarifa de contingência para os consumidores cujo volume consumido esteja acima da média estipulada.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No final do mês de setembro foi inaugurada a principal obra de 2015 para contribuir com o abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo. Esta interligação permitirá a transferência de até 4m³/s da Represa Rio Grande (Billings) para o Sistema Alto Tietê, trazendo mais segurança hídrica para este sistema avançar em regiões que antes eram atendidas apenas pelo Sistema Cantareira.

O volume de reservação de água nos reservatórios depende de diversos fatores, tais como, níveis de chuva, temperatura e umidade atmosférica, bem como tipo e umidade dos solos nas regiões dos mananciais.

Esse cenário de escassez hídrica trouxe também, impactos financeiros adversos para a Companhia. Diante deste fato, desde 2014, até este momento, diversas decisões vêm sendo tomadas para minimizar esses efeitos, tais como:

- Ajuste e remanejamento dos investimentos;
- Redução de despesas;
- Negociações de créditos vencidos (foram incluídos no CADIN Estadual, até 31 de dezembro de 2015, 33 municípios que estão com faturas de contas de água em aberto, entre os quais constam municípios do atacado);
- Contratação de seguro garantia para depósitos judiciais; e
- Aplicação do resultado da revisão tarifária extraordinária desde junho de 2015.

A expectativa da Administração da Companhia é que estas medidas e seus impactos na geração de caixa operacional somada às linhas de créditos disponíveis para investimentos serão suficientes para honrar seus compromissos de curto prazo e não comprometer as ações necessárias para superação da escassez hídrica, preservando o abastecimento de seus consumidores.

Ver outras divulgações sobre este assunto na nota explicativa 25 - receitas operacionais.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de março de 2016.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board – IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS e os CPC's, exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Além disso, exige que a Administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade ou que as premissas e estimativas sejam significativas às demonstrações financeiras estão descritas na Nota 6.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais inferiores a três meses da data da aplicação, e com risco insignificante de mudança de valor, bem como contas garantidas.

3.2 Ativos e passivos financeiros

Ativo Financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia possuía somente as ações da CTEEP, classificadas como ativo financeiro mantido para negociação, as quais foram avaliadas pelo valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber, saldos a receber da Agência Nacional de Águas – ANA. Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo Financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia não tinha passivos financeiros classificados na categoria de valor justo por meio de resultado.

Outros passivos

Incluem-se nessa categoria saldos a pagar para empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos, serviços a pagar, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada – PPP, e compromissos contratos de programa.

O método de juros efetivo é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.3 Receita operacional

(a) Receita de serviços de água e esgoto

As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. São reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados. Para as receitas dos municípios permissionários que não pagam a fatura integral, a Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa no momento do faturamento em conta redutora da receita.

A Companhia reconhece a receita quando: i) os bens ou os serviços são entregues; ii) o valor pode ser mensurado com segurança; iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e iv) é provável que os valores serão recebidos. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Receita de Construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 (R1) e IAS 11 (Contratos de construção), usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. Contratos na modalidade custo mais margem (*cost plus*), a receita é reconhecida por referência aos custos incorridos dos contratos, adicionado de uma margem. Esta margem adicional é relativa ao trabalho executado pela Companhia sobre os contratos de construção, sendo adicionada aos custos de construção incorridos e o total é reconhecido como receita de construção.

3.4 Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis nas contas a receber, com base na análise dos dados objetivos do “contas a receber” e no histórico de recebimentos e garantias existentes, e não espera incorrer em perdas adicionais significativas.

3.5 Estoques

Os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificadas no ativo circulante.

3.6 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, exceto o grupo de terrenos, calculadas pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Os gastos com reparos e manutenção são contabilizados no resultado quando incorridos.

A Companhia mantém alguns ativos para futuro uso indeterminado, ou seja, não existe definição se a Companhia irá utilizar a propriedade na operação ou venderá a propriedade em curto prazo no curso ordinário do negócio.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.7 Imobilizado

O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas que não integram os ativos objeto dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada de acordo com o método linear para alocar seus custos e é descrita na Nota 15 (c). Os terrenos não sofrem depreciação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados pela diferença entre o valor de venda e o saldo residual contábil e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, na demonstração dos resultados.

3.8 Intangível

Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo a margem de construção, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção, neste último caso, para os casos de ativos qualificáveis quando aplicável. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendido. A Companhia estabeleceu que este período seria superior a 12 meses. Este período foi definido considerando o prazo de término das obras, pois a maioria das obras possui prazo médio superior a 12 meses, o que equivale a um ano fiscal da SABESP.

O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária e a partir do momento que esse ativo entra em operação.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo estiver totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro.

Doações, em bens para o poder concedente, recebidas de terceiros e entidades governamentais para permitir que a Companhia preste serviços de fornecimento de água e esgoto não são registrados nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que esses bens são controlados pelo poder concedente.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os recursos financeiros, recebidos como doações, para a construção da infraestrutura são registrados na rubrica “outras receitas operacionais”.

(a) Contratos de concessão/programa

A Companhia opera contratos de concessão incluindo a prestação dos serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e coleta de esgotos, firmados com o poder concedente. A infraestrutura utilizada pela SABESP relacionada aos contratos de concessão de serviços é considerada controlada pelo poder concedente quando:

- (i) O poder concedente controla ou regulamenta quais serviços o operador deve fornecer com a infraestrutura, a quem deve fornecê-los e a que preço; e
- (ii) O poder concedente controla a infraestrutura, ou seja, mantém o direito de retomar a infraestrutura no final da concessão.

Os direitos da SABESP sobre a infraestrutura operada em conformidade com os contratos de concessão são contabilizados como intangível, uma vez que a SABESP tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura e os usuários (consumidores) têm a responsabilidade principal de pagar pelos serviços.

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura é reconhecido como receita, pelo seu valor justo, quando a infraestrutura é construída, desde que se espere que este trabalho gere benefícios econômicos futuros. A política contábil do reconhecimento de receita de construção está descrita na Nota 3.3 “Receita operacional”.

Ativos intangíveis relacionados aos Contratos de Concessão e Contratos de Programa, nos casos em que não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com o período do contrato ou vida útil do ativo subjacente, o que ocorrer primeiro.

Os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato, deverão ser indenizados pelo poder concedente, (1) com caixa ou equivalentes de caixa ou ainda, em geral (2) com a prorrogação do contrato. Estes investimentos são amortizados pela vida útil do ativo.

A Lei 11.445/07 indica que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, sempre que possível, mediante remuneração pela cobrança dos serviços, sendo preferencialmente na forma de tarifas e outros preços públicos, que poderão ser estabelecidos para cada um dos serviços ou para ambos conjuntamente. Desta forma, os investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo original do contrato, são mantidos como ativo intangível, amortizados pela vida útil do ativo, considerando o sólido histórico de renovação de concessões e, portanto, da continuidade da prestação de serviços.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Licenças de uso de software

As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos de aquisição e demais custos de implementação. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil e os gastos associados à sua manutenção são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

3.9 Avaliação do valor de recuperação dos ativos não financeiros (impairment)

Imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes com vida útil definida são revistos anualmente com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Companhia não possui ativos com vida útil indefinida e avaliou que não há indicativo de perda por impairment amparada, principalmente pela Lei 11.445/07, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, através da tarifa ou via indenização.

3.10 Empreiteiros e fornecedores

As contas a pagar aos empreiteiros e fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que em geral corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado.

3.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, conforme Nota 16. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As Debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis e são contabilizadas como empréstimos.

3.12 Custos de empréstimos

Custo de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda são capitalizados como parte do custo destes ativos. Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos são juros e outros encargos em que a Companhia incorre em conexão com o empréstimo de recursos, incluindo variação cambial, nos termos descritos a seguir.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A capitalização ocorre durante o período em que o ativo encontra-se em fase de construção, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização.

Para casos de empréstimos ou financiamentos em moeda estrangeira, a Companhia os analisa como se fossem tomados em moeda nacional, limitando a capitalização de juros e/ou variação cambial pelo montante que seria capitalizado se os mesmos fossem feitos no mercado local em linhas de empréstimos e financiamento similares.

3.13 Salários e encargos sociais

Os salários, incluindo encargos de férias, de 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

3.14 Participação nos resultados

O programa de participação nos resultados para os empregados da Companhia é baseado em metas operacionais e financeiras, da Companhia como um todo. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). A provisão para participação nos resultados é constituída de acordo com o período de competência, sendo contabilizada como despesa operacional e custo operacional.

3.15 Provisões, obrigações legais, depósitos judiciais e ativos contingentes

As provisões relativas às ações judiciais são reconhecidas quando: i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor possa ser estimado com segurança. Se houver diversas obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de recursos ser exigida para a liquidação é determinada ao se considerar a natureza das obrigações como um todo.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se esperam ser exigidos para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, a provisão é demonstrada líquida dos depósitos judiciais embasados no direito legal de compensação. As bases e a natureza das provisões para riscos cíveis, tributários, trabalhistas e ambientais estão descritas na Nota 19.

Os depósitos judiciais não vinculados às obrigações relacionadas são registrados no ativo não circulante. Os depósitos judiciais são corrigidos pelos índices estabelecidos pelas autoridades competentes.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.16 Gastos ambientais

Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesa no resultado do exercício, quando da existência do fato gerador. Os programas contínuos são elaborados para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações e para a gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

3.17 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. A Administração avalia periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, conforme o conceito descrito no CPC 32 e IAS 12 - Tributos sobre o Lucro, sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e que se espera sejam aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.18 Impostos sobre receitas

As receitas de serviços de água e esgoto estão sujeitas à incidência do Pasep – Programa Formador do Patrimônio do Servidor Público e da Cofins – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente. Os impostos incidentes sobre os valores faturados às entidades públicas são devidos quando as faturas são recebidas.

Esses tributos são apurados pelo regime da não cumulatividade, sendo apresentados líquidos dos créditos decorrentes da não cumulatividade, como deduções da receita bruta. Os débitos apurados sobre “outras receitas operacionais” são apresentados dedutivamente na própria linha da demonstração do resultado.

3.19 Plano de Previdência Privada

(a) Benefício definido

A Companhia faz contribuição, em bases contratuais, ao plano de benefício previdenciário por ela patrocinado, na modalidade benefício definido, administrado pela Fundação Sabesp de Seguridade Social (“Sabesprev”), entidade fechada de previdência complementar. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos do custeio administrativo e são registradas no resultado do período em que são devidas.

O passivo relacionado aos planos de pensão está representado pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. As obrigações de benefícios definidos (G1), bem como do plano de complementação de aposentadoria e pensão (G0) são calculadas anualmente por atuários independentes, usando o método de crédito unitário projetado. A estimativa de saída futura de caixa é descontada ao seu valor presente, usando as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Com relação aos ganhos e perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados diretamente no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial (AAP), de forma que o ativo ou passivo líquido do plano seja reconhecido no balanço patrimonial para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

As despesas com plano de pensão são classificadas no resultado como custo operacional, despesas de vendas ou despesas administrativas, de acordo com o centro de custo do respectivo funcionário.

Quando ocorre uma redução ou liquidação do plano, a qual se relaciona apenas a alguns empregados do plano, ou quando apenas parte da obrigação é liquidada, o ganho ou a perda inclui uma parcela proporcional do custo do serviço passado e dos ganhos e das perdas atuariais. A parcela proporcional é determinada com base no valor presente das obrigações antes e após a redução ou a liquidação.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Contribuição definida

A Companhia faz contribuição, em bases contratuais, ao plano de benefício previdenciário por ela patrocinado, na modalidade contribuição definida (Sabesprev Mais), administrado pela Sabesprev, entidade fechada de previdência complementar, que provê a seus empregados benefícios pós-emprego.

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigação de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

3.20 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são substancialmente representadas por juros, atualizações monetárias e variações cambiais, resultantes de aplicações financeiras, depósitos judiciais e acordos de parcelamento com clientes, usando o método de taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras referem-se a juros, atualizações monetárias e variações cambiais decorrentes de empréstimos, financiamentos, provisões, parceria público privada, compromissos contratos de programa e provisões, usando o método de taxa efetiva de juros.

As variações monetárias ativas ou passivas são decorrentes da cobrança ou pagamento a terceiros, conforme requerido por contrato, por lei ou por decisão judicial, reconhecidas pelo regime de competência *pro rata temporis*.

As correções monetárias incluídas nos contratos não são consideradas como derivativos embutidos, pois são considerados como índices de correção para o ambiente econômico da Companhia.

3.21 Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados sob a modalidade financeira quando há transferência de propriedade e dos riscos e benefícios inerentes a propriedade do bem ao arrendatário. Os demais arrendamentos são classificados sob a modalidade operacional, os quais são reconhecidos como uma despesa no resultado de forma linear durante o prazo do contrato do arrendamento.

Os contratos de arrendamentos financeiros são valorizados com base no menor valor entre o valor presente dos pagamentos mínimos obrigatórios do contrato ou valor justo do bem na data de início do contrato de arrendamento. Os valores a pagar decorrentes das contraprestações dos contratos de arrendamento financeiro são reconhecidos e alocados entre despesa financeira e amortização do passivo de arrendamento financeiro de forma a alcançar uma taxa constante de juros. A correspondente obrigação ao arrendador é registrada como dívida de curto e longo prazo.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

3.22 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. Os demais passivos são registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

3.23 Dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia utiliza o benefício fiscal da distribuição de dividendos na forma de Juros Sobre o Capital Próprio, como permitido por lei. Os juros são contabilizados de acordo com as disposições contidas na Lei n.º 9.249/95, para efeito de dedutibilidade, limitados à variação pró-rata dia das taxas de juros de longo prazo – TJLP. O benefício atribuído aos acionistas é registrado no passivo circulante com contrapartida no Patrimônio Líquido, com base no Estatuto Social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O reflexo fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício, na mesma competência do reconhecimento.

3.24 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos financeiros decorrentes de operação de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

3.25 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentada como informação suplementar às demonstrações financeiras para fins de IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. A sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.26 Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com as informações utilizadas internamente pela Administração, para a tomada de decisões estratégicas, a alocação de recursos e avaliação de desempenho dos segmentos operacionais.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com base na forma como a Companhia trata seus negócios e da maneira em que as decisões de alocação de recursos são feitas, foram demonstrados dois segmentos operacionais (água e esgoto) para fins de reporte financeiro, os quais estão demonstrados na Nota 24.

3.27 Conversão de saldos em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é também a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Conversão de moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os empréstimos e financiamentos que estão relacionados aos ativos imobilizados ou intangíveis em andamento, sendo que as perdas cambiais são reconhecidas em contrapartida do próprio ativo enquanto estiver em andamento, conforme descrito na nota explicativa 3.12.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

4.1 Novas normas, alterações e interpretações de normas que entraram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015

Novas normas e revisões

<u>Norma</u>	<u>Exigências-chave</u>	<u>Data de vigência</u>
Alterações à IAS 19 – Planos de Benefício Definido: Contribuições dos Empregados CPC 33 (R1)	As alterações introduzidas na norma IAS 19 esclarecem o tratamento contábil a ser dado às contribuições de empregados ou terceiros em um plano de benefício definido. De acordo com as alterações introduzidas, as contribuições arbitrárias realizadas por empregados ou terceiros reduzem o custo do serviço pelo pagamento dessas contribuições para o plano. Quando os termos formais do plano especificam contribuições de empregados ou de terceiros, a contabilização depende de as contribuições estarem vinculadas ao serviço.	1º de janeiro de 2015

Análise do impacto das novas normas, alterações ou interpretações das normas para a Companhia:

Alterações à IAS 19 / CPC 33 (R1) – Plano de Benefício Definido: Contribuição dos Empregados

A aplicação dessa interpretação não trouxe impactos materiais nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras anuais.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A Companhia não adotou de forma antecipada e não tem expectativa de impactos materiais nas divulgações ou montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras referentes às IFRSs novas e revisadas a seguir:

IFRS 9	Instrumentos Financeiros ²
IFRS 15	Receita de Contratos com Clientes ²
Alterações a IFRS 11 / CPC 19 (R2)	Contabilização para Aquisições de Participações em Operações em Conjunto ¹
IAS 1 / CPC 26 (R1)	Iniciativa de Divulgação ¹
Alterações à IAS 16 / CPC 27 e IAS 38 / CPC 04 (R1)	Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização ¹
Alterações à IAS 27 / CPC 35 (R2)	Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Financeiras Separadas ¹

1 Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016.

2 Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Gestão de risco

5.1 Gestão de Risco Financeiro

Fatores de risco financeiro

As operações da Companhia são afetadas pela conjuntura econômica brasileira, expondo-a a risco de mercado (taxa de câmbio e taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco financeiro da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia não utilizou instrumentos derivativos em nenhum dos períodos apresentados.

(a) Risco de mercado

Risco cambial

A exposição cambial da SABESP implica riscos de mercado associados às oscilações cambiais, uma vez que a Companhia possui passivos em moeda estrangeira, principalmente, empréstimos em dólares norte-americanos e em iene, de curto e longo prazo.

A administração da exposição cambial da SABESP considera diversos fatores econômicos atuais e projetados, além das condições de mercado.

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de “hedge” ou “swap” e também não possui qualquer instrumento financeiro derivativo para proteção contra tal risco.

A Companhia possui parte significativa da dívida financeira no valor total de R\$ 6.640.256 em 31 de dezembro 2015 (em 31 de dezembro de 2014 – R\$ 4.363.898), atrelada ao dólar norte-americano e ao iene. A exposição da Companhia ao risco cambial é a seguinte:

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2015		31 de dezembro de 2014	
	Moeda estrangeira	R\$	Moeda estrangeira	R\$
Empréstimos e financiamentos – US\$	1.242.273	4.850.827	1.231.188	3.270.282
Empréstimos e financiamentos – Iene	53.906.927	1.748.202	48.066.910	1.068.527
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos – US\$		29.813		17.703
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos – Iene		11.414		7.386
Total da exposição		6.640.256		4.363.898
Custo de captação – US\$		(19.786)		(15.519)
Custo de captação – Iene		(2.646)		(2.087)
Total dos empréstimos em moeda estrangeira (Nota 16)		6.617.824		4.346.292

O aumento de 52% do saldo da dívida em moeda estrangeira de 31 de dezembro de 2014 para 31 de dezembro de 2015 foi causado principalmente pelos seguintes fatores:

- 1) Efeito cambial, em função da valorização de 47% na taxa do dólar que passou de R\$ 2,6562 em 31 de dezembro de 2014 para R\$ 3,9048 em 31 de dezembro de 2015. As dívidas em dólar correspondem a 73,5% das dívidas em moedas estrangeiras; e
- 2) Aumento de 12% na dívida denominada em iene e de 45,9% na taxa do iene, passando de R\$ 0,02223 em 31 de dezembro de 2014, para R\$ 0,03243 em 31 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015, caso o real tivesse se valorizado ou desvalorizado em 10%, além dos impactos mencionados acima, em comparação com o dólar e o iene com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado antes dos impostos para o exercício teria sido de R\$ 664.026 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 436.390), para mais ou para menos, principalmente como resultado dos ganhos ou perdas cambiais com a conversão de empréstimos em moeda estrangeira.

O cenário I a seguir apresenta o efeito no resultado para os próximos 12 meses considerando a projeção do dólar e do iene. Com todas as outras variáveis mantidas constantes estão demonstrados no cenário II e no cenário III os impactos para os próximos 12 meses, de uma possível desvalorização do real em 25% e 50%, respectivamente.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Cenário I (Provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)
	(*)		
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2015 (Passiva) em US\$	1.242.273	1.242.273	1.242.273
Taxa do US\$ em 31 de dezembro de 2015	3,9048	3,9048	3,9048
Taxa cambial estimada conforme cenário	4,2100	5,2625	6,3150
Diferença entre as taxas	(0,3052)	(1,3577)	(2,4102)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(379.142)	(1.686.634)	(2.994.126)
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2015 (Passiva) em iene	53.906.927	53.906.927	53.906.927
Taxa do iene em 31 de dezembro de 2015	0,03243	0,03243	0,03243
Taxa cambial estimada conforme cenário	0,03484	0,04355	0,05226
Diferença entre as taxas	(0,00241)	(0,01112)	(0,01983)
Efeito no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(129.916)	(599.445)	(1.068.974)
Total do efeito incremental no resultado financeiro líquido em R\$ - (perda)	(509.058)	(2.286.079)	(4.063.100)

(*) Para o cenário provável em dólar, foi utilizada a taxa de câmbio projetada para 31 de dezembro de 2016, conforme relatório Focus-BACEN e para o iene foi considerada a taxa de câmbio média para o período de 12 meses após a data de 31 de dezembro de 2015, conforme relatório de Taxas Referenciais da BM&FBovespa.

Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir mostra os empréstimos e financiamentos da Companhia sujeitos à taxa de juros variável:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
TR ⁽ⁱ⁾	1.498.085	1.578.250
CDI ⁽ⁱⁱ⁾	1.617.191	1.712.010
TJLP ⁽ⁱⁱⁱ⁾	1.114.977	1.059.074
IPCA ^(iv)	1.623.201	1.492.320
LIBOR ^(v)	2.926.628	1.953.989
Juros e encargos	144.546	133.776
Total	8.924.628	7.929.419

(i) TR – Taxa Referencial de Juros

(ii) CDI - Certificado de Depósito Interbancário

(iii) TJLP - Taxa de Juros a Longo Prazo

(iv) IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

(v) LIBOR - London Interbank Offered Rate

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das receitas de seus serviços. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de correção dos empréstimos, financiamentos e taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2015, se as taxas de juros sobre os empréstimos variassem em torno de 1% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado do exercício antes dos impostos teria sido de R\$ 89.246 (em 31 de dezembro de 2014 - R\$ 79.294) para mais ou para menos, principalmente em decorrência de despesas de juros mais baixas ou mais altas nos empréstimos de taxa variável.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto, caixa restrito e saldos com partes relacionadas. Os riscos de crédito com clientes são atenuados pela venda a uma base pulverizada.

A exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2015 é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, caixa restrito, contas a receber de clientes e saldos com partes relacionadas na data do balanço. Vide Notas 7, 8, 9 e 10.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com relação aos ativos financeiros mantidos junto a instituições financeiras, a qualidade do crédito que não está vencido ou sujeito à provisão para deterioração, pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência das contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, como depósitos e aplicações financeiras, a Companhia considera o menor rating da contraparte divulgada pelas três principais agências internacionais de rating (Fitch, Moody's e S&P), conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo		
AAA(bra)	1.638.589	1.722.347
Outros (*)	625	644
	1.639.214	1.722.991

(*) Foram incluídas nesta categoria contas correntes e fundos de investimento em bancos que não possuem avaliação pelas três agências de rating utilizadas pela Companhia.

Apresentamos a seguir quadro com a avaliação de rating das instituições financeiras contrapartes em 31 de dezembro de 2015, para transações de depósitos e aplicação financeiras em moeda local (R\$ - rating nacional), com as quais a Companhia realizou transações durante o exercício:

Contraparte	Fitch	Moody's	Standard Poor's
Banco do Brasil S/A	AAA(bra)	Aaa.br	-
Banco Santander Brasil S/A	AAA(bra)	Aaa.br	brAA+
Caixa Econômica Federal	AAA(bra)	Aaa.br	brAAA
Banco Bradesco S/A	AAA(bra)	Aaa.br	brAA+
Itaú Unibanco Holding S/A	AAA(bra)	Aaa.br	brAA+

(c) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras dos governos estaduais e federais, e financiamentos nos mercados internacionais e locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais, bem como o pagamento das dívidas.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os recursos mantidos pela Companhia são investidos em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, bem como os compromissos da PPP São Lourenço, por faixas de vencimento, incluindo as parcelas de principal e juros futuros a serem pagos de acordo com as cláusulas contratuais.

	2016	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	Total
Em 31 de dezembro de 2015							
Passivo							
Empréstimos e financiamentos	2.030.336	2.016.107	1.809.898	1.870.480	2.605.815	6.308.623	16.641.259
Empreiteiros e fornecedores	248.158	-	-	-	-	-	248.158
Serviços a pagar	387.279	-	-	-	-	-	387.279
Parceria Público-Privada – PPP (*)	46.038	46.038	332.930	332.930	332.930	5.385.395	6.476.261
Compromissos Contrato de Programa	238.883	37.979	27.520	27.730	834	16.828	349.774

(*) A Companhia considerou também compromissos futuros (obras não realizadas) ainda não reconhecidos nas demonstrações financeiras referentes à PPP São Lourenço devido a relevância dos fluxos de caixa futuros, dos impactos em suas operações e pela consideração de que a Companhia já possui esse compromisso formalizado através de contrato assinado entre as partes.

Juros futuros

Os juros futuros foram calculados considerando as cláusulas contratuais para todos os contratos. Para os contratos com taxa de juros pós-fixada, foram utilizadas as taxas de juros nas datas bases acima.

Cross default

A Companhia possui contratos de empréstimos e de financiamentos com cláusulas de “cross default”, ou seja, a decretação do vencimento antecipado de quaisquer dívidas, pelo credor, poderá implicar o vencimento antecipado desses contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tal cláusula.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Outros riscos de preço

A Companhia está exposta ao risco do preço de investimento em instrumentos de patrimônio da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista – CTEEP, mantido exclusivamente para fins de negociação no curto prazo. Essas ações foram recebidas em março de 2015, como pagamento das 24 parcelas iniciais do Acordo GESP (Nota 10 (a) (vii)). O saldo em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 101.500 e está registrado na rubrica “demais contas a receber” no ativo circulante.

Análise de sensibilidade do preço dos instrumentos de patrimônio

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição ao preço dos instrumentos de patrimônio no fim do período do relatório.

Em 31 de dezembro de 2015, caso o preço do instrumento de patrimônio tivesse se valorizado ou desvalorizado em 10%, em relação ao seu valor de mercado, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no resultado antes dos impostos para o exercício teria sido de R\$ 10.150 para mais ou para menos.

(e) Análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros

O quadro a seguir exemplifica a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, elaborados de acordo com a instrução CVM nº 475/2008. O objetivo é demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros, calculados a uma taxa projetada até a data de liquidação final de cada contrato, considerando um cenário provável (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 de dezembro de 2015				
Indicadores	Exposição	Cenário I (Provável) (i)	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Ativo				
CDI	1.561.981	15,3800% (*)	19,2250%	23,0700%
Receita financeira		240.233	300.291	360.349
Passivo				
CDI	(1.617.191)	15,3800% (*)	19,2250%	23,0700%
Juros a incorrer		(248.724)	(310.905)	(373.086)
Exposição líquida - CDI	(55.210)	(8.491)	(10.614)	(12.737)
Passivo				
TR	(1.498.085)	0,0238% (***)	0,0298%	0,0357%
Despesa a incorrer		(357)	(446)	(535)
IPCA	(1.623.201)	6,8700% (*)	8,5875%	10,3050%
Despesa a incorrer		(111.514)	(139.392)	(167.271)
TJLP	(1.114.977)	7,0000% (*)	8,7500%	10,5000%
Juros a incorrer		(78.048)	(97.560)	(117.073)
LIBOR	(2.926.628)	0,8534% (**)	1,0668%	1,2801%
Juros a incorrer		(24.976)	(31.221)	(37.464)
Despesas totais líquidas a incorrer		(223.386)	(279.233)	(335.080)

(*) Fonte dos índices: CDI e IPCA (Relatório Focus-BACEN de 31/12/2015) e TJLP cotação de 31 de dezembro de 2015 (BACEN).

(**) Fonte do índice: Bloomberg

(***) Fonte do índice: BM&FBovespa

(i) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para o período de 12 meses após a data de 31 de dezembro de 2015 ou até a data dos vencimentos dos contratos, o que for menor.

5.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Total de empréstimos e financiamentos (Nota 16)	13.121.600	10.785.767
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(1.639.214)	(1.722.991)
Dívida líquida	11.482.386	9.062.776
Total do Patrimônio Líquido	13.716.606	13.304.403
Capital total	25.198.992	22.367.179
Índice de alavancagem	46%	41%

Em 31 de dezembro de 2015 o índice de alavancagem aumentou para 46% em comparação aos 41% de 31 de dezembro de 2014, em decorrência do aumento no saldo de empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira, ocasionado, principalmente, pelo aumento na taxa do dólar de 47% e na taxa do iene em 45,9%, em 2015.

5.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes (circulante) e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), esteja próxima de seus valores justos, tendo em vista o curto prazo de vencimento. As contas a receber de clientes de longo prazo também estão próximas dos seus valores justos, pois sofrerão correção e/ou juros contratuais no decorrer do tempo.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5.4 Instrumentos financeiros

A Companhia possui ações da CTEEP, as quais estão classificadas como ativo financeiro mantido para negociação e estão valorizadas pelo valor justo por meio de resultado, sendo este o único item de instrumentos financeiros dessa categoria, em 31 de dezembro de 2015. Os instrumentos financeiros da Companhia incluídos na categoria de empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, os saldos a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber e saldos a receber da Agência Nacional de Águas – ANA e, os instrumentos financeiros na categoria de outros passivos compreendem saldos a pagar com empreiteiros e fornecedores, empréstimos e financiamentos, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada-PPP e compromissos de contratos de programa, que são ativos e passivos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia não tinha passivos financeiros classificados como valor justo por meio de resultado.

Os valores justos estimados dos instrumentos financeiros são os seguintes:

Ativos Financeiros

	31 de dezembro de 2015		31 de dezembro de 2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	1.639.214	1.639.214	1.722.991	1.722.991
Caixa restrito	29.156	29.156	19.750	19.750
Contas a receber de clientes	1.509.588	1.509.588	1.224.278	1.224.278
Agência Nacional de Águas – ANA	88.368	88.368	122.634	122.634
Ativo financeiro mantido para negociação (*)	101.500	101.500	-	-
Demais contas a receber	196.118	196.118	187.950	187.950

(*) Valor registrado na rubrica “demais contas a receber” no ativo circulante.

Adicionalmente, a SABESP possui instrumentos financeiros ativos a receber de partes relacionadas, cujo saldo contábil em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 872.107 (R\$ 223.983 em 31 de dezembro de 2014), os quais foram apurados de acordo com condições negociadas entre as partes relacionadas. As condições e informações adicionais referentes a estes instrumentos financeiros estão divulgadas na nota explicativa 10 destas demonstrações financeiras. Parte deste saldo, no montante de R\$ 786.501 (R\$ 155.493 em 31 de dezembro de 2014), refere-se a reembolso de complementação de aposentadoria e pensão - G0 e é indexado através de IPCA mais juros simples de 0,5% ao mês. Esta taxa de juros se aproxima àquela praticada por títulos públicos federais (NTN-b) com prazo semelhante aos prazos das transações com partes relacionadas.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para o ativo financeiro mantido para negociação, cujo saldo é mensurado ao valor justo no fim de cada período de relatório e registrado nas demonstrações financeiras, foi utilizado a mensuração de valor justo de nível 1, conforme requerido pelas normas internacionais de contabilidade e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, o valor da ação foi obtido através da cotação na BM&FBovespa em 31 de dezembro de 2015.

Passivos Financeiros

	31 de dezembro de 2015		31 de dezembro de 2014	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	13.121.600	12.625.454	10.785.767	10.641.611
Empreiteiros e fornecedores	248.158	248.158	323.513	323.513
Serviços a pagar	387.279	387.279	318.973	318.973
Compromisso Contratos de Programa	320.714	320.714	207.759	207.759
Parceria Público-Privada - PPP	1.035.033	1.035.033	368.283	368.283

Para a obtenção dos valores justos dos empréstimos e financiamentos, foram adotados os seguintes critérios:

- (i) Os contratos com o Banco do Brasil e a CEF foram projetados até o vencimento final, às taxas contratuais (TR projetada + spread) e descontados a valor presente pela $TR \times DI$, ambas as taxas foram obtidas da BM&FBovespa.
- (ii) As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais (IPCA, DI, TJLP ou TR), descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros, divulgados pela ANBIMA no mercado secundário, ou pelas taxas equivalentes de mercado, ou dos títulos da Companhia negociados no mercado nacional.
- (iii) Financiamentos – BNDES são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizado até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação pela TJLP.

Esses financiamentos reúnem características próprias e as condições definidas nos contratos de financiamento do BNDES, entre partes independentes, e refletem as condições para aqueles tipos de financiamentos. No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características dos financiamentos do BNDES, com o que a oferta de crédito às entidades em geral, com essa característica de longo prazo, normalmente está limitada ao BNDES.

- (iv) Os outros financiamentos em moeda nacional são considerados pelo valor nominal atualizado até a data de vencimento, descontados a valor presente às taxas de mercado futuro de juros. As taxas futuras utilizadas foram obtidas no site da BM&FBovespa.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (v) Os contratos com o BID e BIRD, foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas, sendo descontados a valor presente utilizando a taxa futura da Libor, obtida na Bloomberg. Os Eurobonus foram precificados a valor de mercado pelas cotações divulgadas pela Bloomberg. Todos os valores obtidos foram convertidos em reais à taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2015.
- (vi) Os contratos com a JICA foram projetados até o vencimento final em moeda de origem, utilizando as taxas de juros contratadas e descontados a valor presente, utilizando a taxa futura da Tibor, obtida na Bloomberg. Os valores obtidos foram convertidos em reais utilizando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2015.
- (vii) Arrendamento mercantil são instrumentos considerados pelo valor nominal atualizado até a data de vencimento, que possuem como característica a indexação por uma taxa pré-fixada em contrato, que é uma modalidade específica, não sendo comparada a nenhuma outra taxa de mercado. Sendo assim, a Companhia divulga como valor de mercado o montante contabilizado em 31 de dezembro de 2015.

Considerando a natureza dos demais instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, os saldos reconhecidos no balanço patrimonial se aproximam dos valores justos, levando-se em conta os prazos de vencimentos próximos à data do balanço, comparação das taxas de juros contratuais com as taxas de mercado em operações similares nas datas de encerramento dos exercícios, e sua natureza e prazos de vencimento.

6 Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, incluindo as expectativas dos eventos futuros que se acredita serem razoáveis de acordo com as circunstâncias.

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem diferir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de provocar um ajuste importante nos valores contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício contábil estão divulgadas a seguir:

(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise do contas a receber de clientes e de acordo com a política contábil estabelecida na Nota 3.4.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre os quais a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Ativos intangíveis resultantes de contratos de concessão e contratos de programa

A Companhia registra como ativos intangíveis os ativos decorrentes de contrato de concessão. A Companhia estima o valor justo das construções e outros trabalhos de infraestrutura para reconhecer o custo dos ativos intangíveis, sendo reconhecido quando a infraestrutura é construída e é provável que tal ativo gere benefícios econômicos futuros. A grande maioria dos contratos de concessão de serviço da Companhia firmados com o poder concedente é regulado por acordos de concessão de serviço nos quais a Companhia tem o direito de receber, ao fim do contrato, um pagamento equivalente ao saldo residual dos ativos intangíveis de concessão, que nesse caso, é amortizado de acordo com a vida útil dos respectivos bens tangíveis, e no final do contrato, o valor remanescente do ativo intangível será igual ao valor residual do relativo ativo fixo.

Ativos intangíveis de concessão sob Contratos de Concessão e Contratos de Programa, nos casos em que não há direito de receber o saldo residual do ativo no final do contrato, são amortizados pelo método linear de acordo com a vida útil do ativo ou período do contrato, o que ocorrer primeiro. Informações adicionais na contabilização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão estão descritas na Nota 3.8.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas, sendo que o uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. Este fato juntamente com mudanças futuras na vida útil desses ativos intangíveis podem gerar impactos relevantes no resultado das operações.

(c) Provisões

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores. A Companhia constitui provisão referente a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja realizada para liquidar a obrigação e o valor possa ser razoavelmente estimado. Julgamentos a respeito de eventos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e exceder os valores provisionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias que as envolvem. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na Nota 19.

(d) Obrigações Previdenciárias – Planos de Pensão

A Companhia patrocina plano de benefício definido e, também, de contribuição definida, descritos na Nota 20.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação deste benefício é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal. De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

A Companhia revisa regularmente os ativos de tributos diferidos quanto à recuperabilidade e reconhece provisão para redução ao valor recuperável caso seja provável que esses ativos não sejam realizados, com base no lucro tributável histórico, na projeção de lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporárias existentes. Esses cálculos exigem o uso de estimativas e premissas. O uso de diferentes estimativas e premissas poderiam resultar em provisão para redução ao valor recuperável de todo ou de parte significativa do ativo de tributos diferidos.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Caixa e bancos	77.233	118.226
Equivalentes de caixa	1.561.981	1.604.765
	1.639.214	1.722.991

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, os quais são representados, principalmente, por operações compromissadas (remuneradas por CDI), depositados no Banco do Brasil, cujos vencimentos originais são inferiores à três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2015 a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 99,24% do CDI (em 31 de dezembro de 2014 –99,68%).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Caixa restrito

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Circulante		
Convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo (i)	13.005	9.176
Recursos captados junto ao BNDES (ii)	7.109	6.433
Caixa Econômica Federal – depósito judicial (iii)	1.433	2.236
Outros	7.609	1.905
	<u>29.156</u>	<u>19.750</u>

- (i) Convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo no qual a Companhia repassa 7,5% da receita do Município para o Fundo Municipal;
- (ii) Refere-se a recursos captados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, aguardando liberação das restrições de uso;
- (iii) Refere-se a conta poupança destinada ao recebimento de depósitos judiciais sobre processos com trânsito em julgado a favor da Companhia, os quais ficam bloqueados conforme cláusula contratual.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9 Contas a receber de clientes

(a) Saldos patrimoniais

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Particulares:		
Clientes de rol comum e rol especial (i) (ii)	1.044.692	852.815
Acordos (iii)	317.871	291.367
	<u>1.362.563</u>	<u>1.144.182</u>
Entidades governamentais:		
Municipais	503.309	533.984
Federais	5.738	4.671
Acordos (iii)	207.066	192.253
	<u>716.113</u>	<u>730.908</u>
Por atacado – Prefeituras Municipais: (iv)		
Guarulhos	810.285	776.674
Mauá	416.749	366.515
Mogi das Cruzes	2.158	2.092
Santo André	857.424	787.305
São Caetano do Sul	2.057	1.779
Diadema	222.671	224.433
	<u>2.311.344</u>	<u>2.158.798</u>
Total por atacado – Prefeituras Municipais		
	<u>427.361</u>	<u>354.678</u>
Subtotal	4.817.381	4.388.566
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.307.793)	(3.164.288)
Total	<u>1.509.588</u>	<u>1.224.278</u>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31 de dezembro de 2015</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>
Circulante	1.326.972	1.034.820
Não circulante	<u>182.616</u>	<u>189.458</u>
	<u>1.509.588</u>	<u>1.224.278</u>

- (i) Rol comum - residenciais, pequenas e médias empresas
- (ii) Rol especial - grandes consumidores, comércio, indústrias, condomínios e consumidores com características especiais de faturamento (esgotos industriais, poços, etc.).
- (iii) Acordos - parcelamentos de débitos vencidos, acrescidos de atualização monetária e juros, quando previstos nos acordos.
- (iv) Por atacado: prefeituras municipais - O saldo de contas a receber de clientes por atacado refere-se à venda de água tratada aos municípios, que são responsáveis pela distribuição, faturamento e arrecadação junto aos consumidores finais. Alguns desses municípios contestam judicialmente as tarifas cobradas pela SABESP, razão pela qual há provisão para créditos de liquidação duvidosa de montante integral. Além disso, os valores vencidos estão incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A movimentação do contas a receber por atacado é a seguinte:

	<u>31 de dezembro de 2015</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>
Saldo no início do exercício	2.158.798	1.917.859
Faturamento por serviços prestados	341.047	375.294
Recebimentos	<u>(188.501)</u>	<u>(134.355)</u>
Saldo no final do exercício	<u>2.311.344</u>	<u>2.158.798</u>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Sumário de contas a receber de clientes por idade de vencimento

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Valores a vencer	1.195.098	992.800
Vencidos:		
Até 30 dias	182.025	136.666
Entre 31 e 60 dias	123.765	93.534
Entre 61 e 90 dias	78.089	62.276
Entre 91 e 120 dias	84.654	54.725
Entre 121 e 180 dias	80.447	96.079
Entre 181 e 360 dias	158.182	202.024
Acima de 360 dias	<u>2.915.121</u>	<u>2.750.462</u>
Total vencidos	<u>3.622.283</u>	<u>3.395.766</u>
Total	<u><u>4.817.381</u></u>	<u><u>4.388.566</u></u>

O aumento no saldo vencido se deve principalmente ao contas a receber no atacado, que os municípios contestam judicialmente as tarifas cobradas pela SABESP. Estes valores estão cobertos integralmente pela provisão para crédito de liquidação duvidosa.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Saldo no início do exercício	3.164.288	2.856.684
De particular/entidades públicas	103.231	130.398
Recuperações	(177.993)	(59.341)
De fornecimento por atacado	283.113	236.679
Adições líquidas no exercício	208.351	307.736
Baixa no exercício referente a contas a receber	(64.846)	(132)
Saldo no final do exercício	<u>3.307.793</u>	<u>3.164.288</u>

Reconciliação provisão para perdas no resultado

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Perdas (baixa)	63.076	52.900
Provisão entidades estaduais (partes relacionadas)	3.999	(1.341)
Provisão particular/entidades públicas	103.231	130.398
Provisão fornecimento por atacado	10.107	16.973
Recuperações	(177.993)	(59.341)
Valor contabilizado como despesas com vendas	2.420	139.589

Foram contabilizados também, como redução de receitas, as perdas com vendas no atacado no montante de R\$ 273.006 em 2015 e R\$ 219.706 em 2014.

A Companhia não possui clientes que representam 10% ou mais da receita.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Contrato com o município de Santos

Em 29 de setembro de 2015, o Estado de São Paulo, o município de Santos e a SABESP celebraram Contrato de Prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário no Município de Santos. Por meio deste contrato, o Estado de São Paulo e o município de Santos asseguraram à SABESP o direito de explorar a prestação dos serviços, com exclusividade, pelo prazo de 30 anos.

Nesta mesma data, foram assinados acordos judiciais nas ações promovidas pela SABESP contra o Município de Santos e um acordo extrajudicial, ambos visando à quitação dos débitos em aberto até 31 de agosto de 2015, devidos pelo município. Em dezembro de 2015, foi calculado o valor justo desses débitos, no montante de R\$ 2.281 do contas a receber, sendo posteriormente transferido para o ativo intangível em decorrência da quitação realizada para a contratação da concessão pelo prazo de 30 anos.

Como parte desse acordo a Companhia realizará o repasse de valores ao Município para investimento em ações relacionadas aos serviços e ao saneamento ambiental do Município. O contrato prevê o repasse no montante de R\$ 130.000, em 5 prestações, sendo a primeira de R\$ 25.000 paga em outubro de 2015 e 4 restantes no montante de R\$ 26.250 atualizadas pelo IPCA, que serão pagas anualmente à partir de 5 de julho de 2016. Além desse montante, serão repassados trimestralmente 0,53% da receita obtida na prestação de serviços no Município, deduzindo os valores de PIS-Pasep e da Cofins. Semestralmente o Município deverá fornecer relatório discriminando as ações executadas e os valores realizados relativos aos repasses efetuados.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Saldos e Transações com Partes Relacionadas

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Governo do Estado, e empresas/entidades a ele relacionadas.

(a) Contas a receber, juros sobre o capital próprio, receita e despesas com o Governo do Estado de São Paulo

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Contas a receber		
Circulante:		
Serviços de água e esgoto (i)	115.633	96.162
Provisão para perdas (i)	(49.332)	(45.333)
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (G0):		
- Fluxo mensal (pagamentos) (ii) e (vi)	20.564	9.753
- Acordo GESP (ii) e (vi)	49.985	43.722
Programa Se Liga na Rede (I)	19.305	17.661
Total do circulante	<u>156.155</u>	<u>121.965</u>
Não circulante:		
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (G0):		
- Acordo GESP – 2008 (ii) e (vi)	66.646	102.018
- Acordo GESP – 2015 (vii)	649.306	-
Total do não circulante	<u>715.952</u>	<u>102.018</u>
Total de recebíveis do acionista	<u>872.107</u>	<u>223.983</u>
Ativos:		
Prestação de serviços de água e esgoto	66.301	50.829
Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão (G0)	786.501	155.493
Programa Se Liga na Rede (I)	19.305	17.661
Total	872.107	223.983

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Passivos:		
Juros sobre o capital próprio a pagar a partes relacionadas	64.013	107.784
Outros (h)	2.210	1.569

	2015	2014
Receita de serviços de água e esgoto		
Venda de água	195.478	216.816
Serviços de esgoto	162.034	195.218
Recebimentos de partes relacionadas	(338.471)	(431.607)
Recebimento de reembolso GESP referente a Lei 4.819/58	(121.709)	(112.534)

(i) Serviços de água e esgoto

A Companhia presta serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos para o Governo do Estado e demais Companhias a ele relacionadas, em termos e condições considerados pela Administração como normais de mercado, exceto quanto à forma de liquidação dos créditos, que poderá ser realizada nas condições mencionadas nos itens (iii), (iv) e (v).

Foi constituída provisão para perdas de valores vencidos há mais de 360 dias, em função da incerteza no recebimento dos mesmos (R\$ 49.332 em 2015 e R\$ 45.333 em 2014).

(ii) Reembolso de complementação de aposentadoria e pensão pagos

Refere-se a valores de benefícios de complementação de aposentadoria e pensão previstos na Lei Estadual Paulista nº 4.819/58 ("Benefícios") pagos pela Companhia a ex-empregados ou pensionistas, denominados G0.

Nos termos do Acordo referido em (iii), o GESP reconhece ser responsável pelos encargos decorrentes dos Benefícios, desde que obedecidos os critérios de pagamento estabelecidos pelo Departamento de Despesa de Pessoal do Estado – DDPE, fundados na orientação jurídica fixada pela Consultoria Jurídica da Secretaria da Fazenda e da Procuradoria Geral do Estado – PGE.

Conforme explicitado no item (vi), ao longo da validação pelo GESP dos valores devidos à Companhia por conta dos Benefícios, surgiram divergências quanto aos critérios de cálculo e de elegibilidade dos Benefícios aplicados pela Companhia.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Informações adicionais sobre o plano G0 constam na Nota 20 (b) (iii).

Em janeiro de 2004, os pagamentos de complementação de aposentadoria e pensão, foram transferidos para a Secretaria da Fazenda, e seriam feitos de acordo com os critérios de cálculos definidos pela PGE. Por força de decisão judicial, a responsabilidade pelos pagamentos retornou à SABESP, na forma original.

(iii) Acordo GESP

Em 11 de dezembro de 2001, a Companhia, o GESP (por intermédio da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, atualmente Secretaria da Fazenda) e o Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, com a interveniência da Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, atualmente Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, celebraram o Termo de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações, Compromisso de Pagamento e Outras Avenças (“Acordo GESP”), com o intuito de equacionar as pendências existentes entre o GESP e a Companhia relacionadas aos serviços de água e esgoto, bem como aos benefícios de aposentadoria.

Tendo em vista a importância estratégica dos reservatórios de Taiacupeba, Jundiá, Biritiba, Paraitinga e Ponte Nova (“Reservatórios”), para a garantia da manutenção do volume de água do Alto Tietê, a Companhia acordou recebê-los como parte do reembolso referente aos Benefícios. Os Reservatórios seriam transferidos à Companhia pelo DAEE, que, por sua vez, se sub-rogaria em crédito de mesmo valor perante o GESP. No entanto, o Ministério Público do Estado de São Paulo questiona a validade jurídica desse acordo, cujos argumentos principais são a falta de licitação e a ausência de autorização legislativa específica para a alienação de patrimônio do DAEE. Há decisão desfavorável para a SABESP ainda não transitada em julgado. Os advogados da Companhia avaliam o risco de perda desse processo como provável. Informações adicionais constam nos itens (vi) e (vii) abaixo.

(iv) Primeiro Aditamento ao Acordo GESP

Em 22 de março de 2004, a Companhia e o Governo do Estado aditaram os termos do Acordo GESP original, (1) consolidando e reconhecendo valores devidos pelo Governo do Estado por serviços prestados de fornecimento de água e coleta de esgoto, corrigidos monetariamente, até fevereiro de 2004; (2) formalmente autorizando a compensação de valores devidos pelo Governo do Estado com juros sobre o capital próprio declarados pela Companhia e qualquer outro débito existente junto ao Governo do Estado em 31 de dezembro de 2003, corrigido monetariamente até fevereiro de 2004; e (3) definindo as condições de pagamento das obrigações remanescentes do Governo do Estado pelo recebimento da prestação de serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto.

(v) Segundo Aditamento ao Acordo GESP

Em 28 de dezembro de 2007, a Companhia e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Fazenda assinaram o segundo aditamento aos termos do acordo GESP original concordando com o parcelamento do saldo remanescente do Primeiro Aditamento, no valor de R\$ 133.709 em 30 de novembro de 2007, a ser pago em 60 parcelas iguais, mensais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 2 de janeiro de 2008. Em dezembro de 2012 foi realizado o pagamento da última parcela.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Estado e a SABESP concordam em retomar o cumprimento de suas obrigações recíprocas, pontualmente, sob novas premissas: (a) implementação de sistema de gerenciamento eletrônico de contas para facilitar e agilizar o acompanhamento dos processos de pagamento e os procedimentos de gestão orçamentária; (b) estruturação do Programa de Uso Racional da Água – PURA para racionalizar o consumo de água e o valor das contas de água e esgotos de responsabilidade do Estado; (c) estabelecimento, pelo Estado, de critérios na orçamentação de forma a evitar o remanejamento dos valores na rubrica específica de contas de água e esgotos a partir de 2008; (d) possibilidade de registro de órgãos e entidades estaduais em sistema ou cadastro de inadimplência; (e) possibilidade de interrupção do fornecimento de água aos órgãos e entidades estaduais em caso de inadimplemento do pagamento das contas de água e esgotos.

(vi) Terceiro Aditamento ao Acordo GESP

O GESP, a SABESP e o DAEE, celebraram em 17 de novembro de 2008, o Terceiro Aditamento ao Acordo GESP, por meio do qual o GESP confessou dever à SABESP o valor de R\$ 915.251, atualizados monetariamente até setembro de 2008 pelo IPCA-IBGE, correspondente ao Valor Incontroverso, apurado pela FIPECAFI. A SABESP aceitou, provisoriamente, os Reservatórios (ver informações no item (iii) dessa nota explicativa) como parte do pagamento do Valor Incontroverso e ofereceu ao GESP quitação provisória, constituindo um crédito financeiro de R\$ 696.283, correspondente ao valor dos Reservatórios no sistema Alto Tietê. A Companhia não reconheceu o valor a receber de R\$ 696.283 referente aos Reservatórios, tendo em vista a incerteza relacionada à transferência dos mesmos pelo Governo do Estado. Em março de 2015, a SABESP e o GESP assinaram acordo para realizar o pagamento dos valores a receber de R\$ 696.283 (mais informações no item (vii) dessa nota explicativa). O saldo devedor restante de R\$ 218.967 está sendo pago em 114 parcelas mensais e consecutivas, no valor de R\$ 1.920 cada, atualizadas anualmente pelo IPCA-IBGE, acrescidas de juros de 0,5% a.m., vencendo-se a primeira em 25 de novembro de 2008.

O Terceiro Aditamento prevê também a regularização do fluxo mensal de benefícios. Enquanto a SABESP estiver responsável pelos pagamentos mensais, o Estado deverá reembolsar a Companhia com base nos critérios idênticos aos aplicados na apuração do Valor Incontroverso. Não havendo mais decisão judicial impeditiva, o Estado assumirá diretamente o fluxo de pagamento mensal da parcela tida por incontroversa.

(vii) Acordo com o Governo do Estado de São Paulo firmado em 2015

Em 18 de março de 2015 a Companhia, o Estado de São Paulo, e o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE, com interveniência da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, celebraram Termo de Acordo no valor de R\$ 1.012.310, sendo R\$ 696.283 referentes ao valor principal do Valor Incontroverso mencionado no item (iii) e R\$ 316.027 referentes à correção monetária do principal até fevereiro de 2015.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Valor Principal será pago em 180 parcelas, da seguinte forma:

As primeiras vinte e quatro parcelas foram quitadas mediante a transferência de 2.221.000 ações preferenciais de emissão da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, no valor total de R\$ 87.174, com base no preço de fechamento das ações em 17 de março de 2015; e

O valor de R\$ 609.109 é atualizado pelo IPCA até a data de início dos pagamentos e pago em espécie, por meio das demais 156 parcelas mensais, iniciando-se em 5 de abril de 2017. A partir do início de pagamento, as parcelas serão atualizadas pelo IPCA mais juros simples de 0,5% ao mês.

Considerando que a ação que contesta a possibilidade de transferência dos reservatórios não foi transitada em julgado, o acordo prevê, ainda, as seguintes situações:

Caso haja possibilidade de transferência e os Reservatórios efetivamente sejam transferidos para a SABESP com registro em cartório, a SABESP reembolsará ao Estado os valores pagos em substituição aos Reservatórios (Valor Principal) por meio de 60 parcelas mensais atualizadas pelo IPCA até a data de pagamento de cada parcela; e

Caso não se efetive a transferência dos Reservatórios, o Estado pagará à SABESP, em adição ao Valor Principal, o crédito de correção monetária de R\$ 316.027, parcelado em 60 vezes, iniciando-se esses pagamentos ao final do parcelamento do Valor Principal. O valor será atualizado pelo IPCA para a data de início dos pagamentos e, a partir desta data, incidirá atualização monetária – IPCA, mais 0,5% de juros simples ao mês sobre o valor de cada parcela.

Os impactos contábeis do acordo geraram um débito de R\$ 696.283 no saldo de contas a receber com partes relacionadas e um crédito de mesmo valor nas despesas administrativas na data da transação. Em decorrência desta transação, em 31 de dezembro de 2015 há um saldo a receber do GESP de R\$ 649.306 no ativo não circulante e ações da CTEEP no montante de R\$ 101.500, contabilizadas como “demais contas a receber” no ativo circulante.

(viii) Valor Controverso dos Benefícios

Como antes mencionado, em 17 de novembro de 2008 a Companhia e o Estado assinaram o Terceiro Aditivo ao Acordo GESP, ocasião em que foram quantificados os valores denominados controversos e incontestados. Nesse aditivo, ficaram estabelecidos esforços para equacionar o que foi denominado Valor Controverso dos Benefícios. De acordo com a cláusula quarta desse instrumento, o Valor Controverso é representado pela diferença entre o Valor Incontestado e o valor efetivamente pago pela Companhia a título de Benefícios de complementação de aposentadoria e pensões previstos na Lei 4.819/58, de responsabilidade originária do Estado, mas pagos pela SABESP por força de decisão judicial.

Ao celebrar o Terceiro Aditamento, ficou prevista uma reapreciação por parte da PGE das divergências que deram causa ao Valor Controverso dos benefícios previstos na Lei 4.819/58. Essa expectativa estava à época baseada na disposição da PGE reapreciar a questão e também no entendimento do direito da Companhia ao ressarcimento, baseado inclusive em pareceres técnicos jurídicos externos.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contudo, os novos pareceres emitidos pela PGE e recebidos em 04 e 22 de setembro de 2009 e em 4 de janeiro de 2010, negaram o reembolso da parcela anteriormente definida como Valor Controverso.

Embora as negociações com o Estado ainda sejam mantidas, não é mais possível assegurar que a Companhia recuperará, de forma inteiramente amigável, os créditos relativos ao Valor Controverso.

Dando continuidade às ações que objetivam recuperar o crédito que a Administração entende como devido pelo Governo do Estado, relativo às divergências acerca do reembolso dos benefícios de complementação de aposentadoria e pensões pagas pela Companhia, a SABESP: (i) endereçou, em 24 de março de 2010, mensagem ao Acionista Controlador, encaminhando ofício deliberado pela Diretoria Colegiada, propondo ação arbitral de comum acordo, a ser encaminhada à Câmara Arbitral da BM&FBovespa; (ii) em junho de 2010 encaminhou à Secretaria da Fazenda, proposta de acordo visando o equacionamento das referidas pendências. Esta proposta não obteve sucesso; (iii) em 9 de novembro de 2010, protocolou ação judicial contra o Estado de São Paulo, para pleitear o ressarcimento integral dos valores pagos a título de benefícios previstos na Lei Estadual nº 4.819/58, com o objetivo de equacionar, em definitivo, o aludido Valor Controverso em discussão entre a Companhia e o GESP. A despeito da ação judicial, cuja expectativa é de possível ganho, a Companhia insistirá na obtenção de acordo durante o andamento da ação judicial, por entender que um acordo razoável é melhor para a empresa e seus acionistas do que aguardar o fim da demanda judicial.

A Administração da Companhia optou por não reconhecer tais valores, em razão da incerteza que envolve o reembolso pelo Estado. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os valores não registrados no ativo, referentes à complementação de aposentadoria e pensão pagos totalizavam R\$ 855.054 e R\$ 1.479.705, respectivamente, conforme divulgado no item 10 (b) a seguir.

A Companhia também reconheceu a obrigação atuarial referente à complementação de aposentadoria e pensão mantida com os funcionários, aposentados e pensionistas do Plano G0. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os valores correspondentes a essa obrigação atuarial eram de R\$ 2.166.942 e R\$ 2.053.527, respectivamente. Para mais informações sobre as obrigações de complementação de aposentadoria e pensão, ver Nota 20 (b) (iii).

(b) Ativos contingentes - GESP (não contabilizados)

Conforme mencionado acima, em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a SABESP possuía ativos contingentes com o GESP, não registrados no ativo, referentes à complementação de aposentadoria e pensão pagos (Lei 4.819/58), conforme a seguir:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Valores controversos a receber	855.054	783.422
Valor incontestado referente à transferência para a SABESP dos reservatórios no sistema Alto Tietê (valor original) (*)	-	696.283
Total	855.054	1.479.705

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(*) Vide nota explicativa 10 (a) (vii).

(c) Utilização de Reservatórios – EMAE

A Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A - EMAE pretende o recebimento de crédito e compensação financeira pela utilização da água dos reservatórios Guarapiranga e Billings que a SABESP utiliza em suas operações, bem como o ressarcimento de danos relacionados ao não pagamento em época própria.

A Companhia entende que não é devido qualquer valor pela utilização desses reservatórios haja vista as outorgas concedidas. Caso esses reservatórios não estivessem disponíveis para uso da Companhia, poderia haver necessidade de captar água em localidades mais distantes, havendo o risco de inviabilizar a prestação adequada de seus serviços na região, além de elevar o custo de captação.

Diversas ações foram ajuizadas pela EMAE. Atualmente está em curso um procedimento arbitral com relação ao reservatório Guarapiranga e uma ação judicial em relação ao reservatório Billings, pretendendo, em ambos, compensação financeira em razão da captação de água pela SABESP para abastecimento público, alegando que tal conduta tem ocasionado perda permanente e crescente na capacidade de geração de energia elétrica da usina Hidrelétrica de Henry Borden com prejuízos financeiros.

A SABESP entende que a expectativa para todos os casos é de possível perda, não sendo viável, por ora, estimar os valores envolvidos em face de não terem sido delimitados.

Em 10 de abril de 2014, a Companhia emitiu Comunicado ao Mercado com a informação sobre um eventual acordo futuro. No entanto, nenhum ajuste foi confirmado e nenhum acordo foi executado por qualquer das partes até este momento.

(d) Contratos com Tarifa reduzida para Entidades Públicas Estaduais e Municipais que aderirem ao Programa de Uso Racional de Água (PURA)

A Companhia tem contratos assinados com entidades públicas ligadas ao Governo do Estado e aos municípios operados que são beneficiados com uma redução de 25% na tarifa dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos, quando adimplentes. Os contratos preveem a implantação do programa de uso racional de água, que considera a redução no consumo de água.

(e) Aval

O Governo do Estado concede aval para alguns empréstimos e financiamentos da Companhia e não cobra qualquer taxa a ele relacionado.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Contrato de cessão de pessoal entre entidades ligadas ao GESP

A Companhia possui contratos de cessão de empregados com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, sendo que os gastos são integralmente repassados e reembolsados monetariamente. Em 2015, os gastos com os funcionários cedidos pela SABESP às outras entidades estaduais somaram R\$ 10.481 (em 2014 - R\$ 9.651).

Os gastos com funcionários de outras entidades à disposição da SABESP em 2015 somaram R\$ 342 (em 2014 - R\$ 403).

(g) Serviços contratados de entidades ligadas ao GESP

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a SABESP possuía em aberto o montante de R\$ 2.210 e R\$ 1.569 a pagar, respectivamente, referente a serviços prestados por entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo.

(h) Ativos não operacionais

A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o valor de R\$ 969 relativo a terreno cedido em comodato ao DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica.

(i) Sabesprev

A Companhia patrocina plano de benefício definido, operado e administrado pela Sabesprev. O compromisso atuarial líquido, reconhecido até 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 665.274 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 676.071), conforme Nota 20 (b).

(j) Remuneração da Administração

- Remuneração:

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, o CODEC (Conselho de Defesa dos Capitais do Estado), e é baseada no desempenho, competitividade de mercado, ou outros indicadores relacionados ao negócio da Companhia estando sujeita a aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

A remuneração dos executivos está limitada a remuneração do Governador do Estado. A remuneração do Conselho de Administração e Conselho Fiscal corresponde a 30% e 20%, respectivamente, da remuneração dos Diretores, condicionada à participação de no mínimo uma reunião mensal.

O objetivo da política de remuneração é estabelecer um modelo de gestão privada, com o fim de incentivar a manutenção em seus quadros e recrutar profissionais dotados de competência, experiência e motivação, considerando-se o grau de eficiência atualmente exigido pela Companhia.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Além da remuneração mensal, os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e a Diretoria Colegiada recebem gratificação anual, equivalente a um honorário mensal, calculada sobre uma base *pro rata temporis*, no mês de dezembro de cada ano. A finalidade dessa gratificação é estabelecer uma similaridade com o décimo terceiro salário do regime trabalhista dos empregados da Companhia, uma vez que a relação dos administradores com a Companhia é de natureza estatutária.

Benefícios pagos apenas aos Diretores Estatutários – vale refeição, cesta básica, assistência médica, descanso anual remunerado por meio de licença remunerada de 30 dias, pagamento de um prêmio equivalente a um terço dos honorários mensais e bônus.

A SABESP paga bônus para fins de remuneração de seus diretores, de acordo com as diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, como política motivacional, desde que a Companhia efetivamente apure lucro trimestral, semestral e anual, e distribua dividendos obrigatórios aos acionistas, mesmo que na forma de juros sobre o capital próprio. Os bônus anuais não podem exceder seis vezes a remuneração mensal dos administradores, nem 10% dos juros sobre capital próprio pagos pela Companhia, prevalecendo o que for menor.

Os gastos relacionados à remuneração dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e dos Diretores foi de R\$ 4.078 e R\$ 3.749 para os exercícios de 2015 e 2014, respectivamente. Uma quantia adicional de R\$ 521, referente ao programa de bônus, foi registrada no exercício de 2015 (em 2014 - R\$ 504).

(k) Contrato de mútuo mediante abertura de crédito

A Companhia formalizou contrato de mútuo mediante abertura de crédito com as SPE's Águas de Andradina S/A, Águas de Castilho S/A, Aquapolo Ambiental S/A e Attend Ambiental S/A, com o objetivo de financiar as operações destas empresas, até a liberação dos empréstimos e financiamentos solicitados junto às instituições financeiras.

Os contratos firmados com as SPE's Águas de Andradina S/A e Águas de Castilho S/A, foram liquidados. Os demais contratos firmados com Aquapolo Ambiental S/A, em 30 de março de 2012 e Attend Ambiental S/A, em 9 de maio de 2014, permanecem com as mesmas características, conforme quadro a seguir:

SPE	Saldo principal desembolsado	Saldo de juros	Total	Taxa de juros	Vencimento
Attend Ambiental	5.400	1.757	7.157	SELIC + 3,5 % a.a.	(i)
Aquapolo Ambiental	5.629	4.710	10.339	CDI + 1,2% a.a.	30/04/2016 (ii)
Aquapolo Ambiental	19.000	8.793	27.793	CDI + 1,2% a.a.	30/10/2015 (ii)
Total	30.029	15.260	45.289		

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) O contrato de mútuo com a SPE Attend Ambiental S/A possui prazo de vencimento de 180 dias, contados a partir da data da disponibilização do respectivo valor na conta da mutuária, renováveis por igual período. O crédito encontra-se vencido desde 11 de maio de 2015 e está sujeito aos encargos contratuais de inadimplência (atualização monetária considerando a variação do IGPM, multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês). O contrato está em renegociação entre as partes.
- (ii) O contrato vencido em 30 de abril de 2015 sofreu aditivo, prorrogando seu vencimento para 30 de outubro de 2015. A Companhia e a Aquapolo Ambiental S/A estão renegociando os termos de pagamento e vencimento de ambos os contratos.

Em decorrência das renegociações, o saldo de principal no valor de R\$ 30.029 e juros no valor de R\$ 15.260 que estavam contabilizados no ativo circulante, na rubrica “demais contas a receber”, foram reclassificados para o mesmo grupo do ativo não circulante, até que novas condições de pagamento sejam acordadas. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de principal e juros destes contratos era de R\$ 45.289 (em 31 de dezembro de 2014 – R\$ 40.366). Em 2015, a receita financeira reconhecida foi de R\$ 10.123 (em 2014 – R\$ 5.222).

(I) Programa Se Liga na Rede

O Governo do Estado sancionou a Lei Estadual nº 14.687/12, criando o Programa Pró-conexão, destinado a subsidiar financeiramente a execução de ramais intradomiciliares necessária à efetivação de ligações às redes coletoras de esgoto, em domicílios de famílias de baixa renda que concordem em aderir ao programa. Os gastos com o programa, exceto custos indiretos, margem de construção e custos de financiamentos, serão custeados com 80% dos recursos oriundos do Governo do Estado e os 20% restantes investidos pela SABESP, que também é responsável pela execução das obras. Até 31 de dezembro de 2015 o valor total com o programa foi de R\$ 78.447 (em 31 de dezembro de 2014 – R\$ 67.576), sendo R\$ 19.305 (em 31 de dezembro de 2014 – R\$ 17.661) registrado em saldos a receber com partes relacionadas, o montante de R\$ 34.089 (em 31 de dezembro de 2014 – R\$ 24.862) registrado no grupo de intangível e R\$ 25.053 (em 31 de dezembro de 2014 – R\$ 25.053) reembolsado pelo GESP.

11 Agência Nacional de Águas - ANA

A Companhia possui contratos firmados no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES), também conhecido como "Programa de Compra de Esgoto Tratado".

O programa não financia obras ou equipamentos, remunera pelos resultados alcançados, ou seja, pelo esgoto efetivamente tratado. Nesse programa, a Agência Nacional de Águas (ANA) disponibiliza recursos, que ficam bloqueados em conta corrente específica e são aplicados em fundos de investimentos na Caixa Econômica Federal (CEF), até que sejam comprovados os cumprimentos das metas de volume de esgoto tratado e de abatimento de cargas poluidoras de cada contrato.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No momento da disponibilização dos recursos é constituído um passivo até que sejam liberados os recursos pela ANA. Após a comprovação das metas estipuladas em cada contrato é reconhecida a receita decorrente desses recursos, porém caso tais metas não sejam cumpridas os recursos são devolvidos ao Tesouro Nacional com os devidos rendimentos dos fundos. Em 31 de dezembro de 2015 os saldos do ativo e do passivo eram de R\$ 88.368 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 122.634), sendo que o passivo está registrado na rubrica "outras obrigações" do passivo não circulante.

12 Investimentos

A Companhia possui participação em algumas Sociedades de Propósito Específico (SPE) e, embora a participação da SABESP no capital social de suas investidas não seja majoritária, o acordo de acionistas prevê o poder de veto sobre determinadas matérias de gestão não havendo capacidade de utilizar este poder sobre estas SPE's de forma a afetar os valores de seus retornos, indicando controle compartilhado participativo (joint venture ou "negócios em conjunto" – CPC 19(R2)).

A Companhia possui participação avaliada por equivalência patrimonial nas seguintes investidas:

Sesamm

Em 15 de agosto de 2008, a Companhia, em conjunto com as empresas OHL Medio Ambiente, Inima S.A.U. Unipersonal ("Inima"), Técnicas y Gestion Medioambiental S.A.U. ("TGM") e Estudos Técnicos e Projetos ETEP Ltda. ("ETEP"), constituíram a empresa Sesamm – Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S/A, com prazo de duração de 30 anos contados da data de assinatura do contrato de concessão com o município, cujo objeto social é a prestação dos serviços de complementação da implantação do sistema de afastamento de esgotos e implantação de operação do sistema de tratamento de esgotos do município de Mogi Mirim, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados.

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Sesamm era de R\$ 19.532, divididos em 19.532.409 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 36% de participação acionária e Inima detém 46% de participação.

As operações foram iniciadas em junho de 2012.

Águas de Andradina

Em 15 de setembro de 2010, a Companhia, em conjunto com a empresa Companhia de Águas do Brasil – Cab Ambiental constituiu a empresa Águas de Andradina S/A, com prazo indeterminado, cujo objeto social é a prestação de serviços de água e de esgoto no Município de Andradina.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Assembleia Geral Extraordinária realizada, em 4 de dezembro de 2015, aprovou por unanimidade o aumento de capital no valor de R\$ 8.466. Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da empresa passou a ser de R\$ 11.551, divididos em 11.551.089 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária. Está registrado, no patrimônio líquido da investida, como adiantamento para futuro aumento de capital o valor de R\$ 12.

As operações foram iniciadas em outubro de 2010.

Águas de Castilho

Em 29 de outubro de 2010, a Companhia, em conjunto com a Companhia de Águas do Brasil – Cab Ambiental, constituiu a empresa Águas de Castilho cujo objeto social é a prestação de serviços de água e esgoto no município de Castilho.

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da empresa era de R\$ 1.620, divididos em 1.620.000 ações nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária.

As operações foram iniciadas em janeiro de 2011.

Saneaqua Mairinque

Em 14 de junho de 2010, a Companhia, em conjunto com a empresa Odebrecht Utilities S/A, antiga Foz do Brasil S/A, constituiu a empresa Saneaqua Mairinque S/A, com prazo de duração indeterminado, cujo objeto é a exploração do serviço público de água e esgoto do município de Mairinque.

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da empresa era de R\$ 2.000, divididos em 2.000.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 30% de participação acionária.

As operações foram iniciadas em outubro de 2010.

Attend Ambiental

Em 23 de agosto de 2010, a Companhia, em conjunto com a Companhia Estre Ambiental S/A, constituiu a empresa Attend Ambiental S/A cujo objeto social é a implantação e operação de uma estação de pré tratamento de efluentes não domésticos e condicionamento de lodo, na região metropolitana da capital do Estado de São Paulo, bem como o desenvolvimento de outras atividades correlatas e a criação de infraestrutura semelhante em outros locais, no Brasil e Exterior.

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da empresa era de R\$ 13.400, divididos em 13.400.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 45% de participação acionária. O valor que estava registrado no patrimônio líquido da investida, como adiantamento para futuro aumento de capital, no montante de R\$ 11.400, foi totalmente integralizado em 1º de março de 2013.

As operações foram iniciadas em dezembro de 2014.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Aquapolo Ambiental S/A.

Em 8 de outubro de 2009, a Companhia, em conjunto com a empresa Odebrecht Utilities S/A, antiga Foz do Brasil S/A, constituiu a empresa Aquapolo Ambiental, cujo objeto é a produção, fornecimento e comercialização de água de reuso para a Quattor Química S/A; Quattor Petroquímica S/A; Quattor Participações S/A e demais empresas integrantes do Polo Petroquímico.

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da empresa era de R\$ 36.412, divididos em 42.419.045 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 49% de participação acionária.

As operações foram iniciadas em outubro de 2012.

Paulista Geradora de Energia

Em 13 de abril de 2015, a Companhia adquiriu ações da Empresa Paulista Geradora de Energia S/A - PGE, em sociedade com a Servtec Investimentos e Participações Ltda ("Servtec") e a Tecniplan Engenharia e Comércio Ltda ("Tecniplan"), cujo objeto social é a implantação e exploração comercial de potenciais hidráulicos em Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), localizadas na ETA Guaraú e Vertedouro Cascata.

Em 31 de dezembro de 2015 o capital social da empresa era de R\$ 8.679, divididos em 8.679.040 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, dos quais a SABESP detém 25% de participação acionária.

Em 31 de dezembro de 2015 as operações ainda não haviam sido iniciadas.

A seguir, resumo das demonstrações financeiras das investidas e participação da SABESP:

Empresa	Patrimônio líquido		Dividendos provisionados	Resultado do exercício	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Sesamm	32.313	26.788	(557)	6.082	3.904
Águas de Andradina (i)	15.191	4.582	(228)	2.371	960
Águas de Castilho	3.449	2.866	(190)	773	802
Saneaqua Mairinque	3.560	2.697	(282)	1.145	(405)
Attend Ambiental	3.084	(111)	-	3.195	(6.127)
Aquapolo Ambiental	11.651	16.220	-	(4.569)	(3.180)
Paulista Geradora de Energia	8.509	-	-	(114)	-

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empresa	Investimentos		Dividendos distribuídos	Resultado de equivalência patrimonial		Percentual de participação	
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Sesamm	11.633	9.644	(201)	2.190	1.405	36%	36%
Águas de Andradina (i)	4.558	1.375	(68)	711	288	30%	30%
Águas de Castilho	1.035	860	(57)	232	241	30%	30%
Saneaqua Mairinque	1.068	809	(85)	344	(122)	30%	30%
Attend Ambiental	1.388	-	-	1.388	(2.707)	45%	45%
Aquapolo Ambiental	5.709	7.948	-	(2.239)	(1.558)	49%	49%
Paulista Geradora de Energia	2.127	-	-	(29)	-	25%	-
Total	27.518	20.636	(411)	2.597	(2.453)		
Outros investimentos	587	587					
Total geral	28.105	21.223					

- (i) A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 4 de dezembro de 2015, aprovou o aumento de capital no valor de R\$ 8.466. A SABESP aportou R\$ 2.540, correspondente ao percentual de sua participação na investida.

13 Propriedades para Investimento

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo das “Propriedades para investimento” é de R\$ 56.957 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 54.039). Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o valor de mercado destas propriedades é de aproximadamente R\$ 392.000 e R\$ 350.000, respectivamente.

	31 de dezembro de 2014	Transferências	Baixas e alienações	Depreciação	31 de dezembro de 2015
Propriedades para investimento	54.039	9.182	(5.859)	(405)	56.957
Total	54.039	9.182	(5.859)	(405)	56.957

Não houve movimentação em 2014.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Intangível

(a) Saldos patrimoniais

	31 de dezembro de 2015			31 de dezembro de 2014		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Intangíveis decorrentes de:						
Contratos de concessão – valor patrimonial	8.862.581	(1.574.951)	7.287.630	8.983.492	(1.614.221)	7.369.271
Contratos de concessão – valor econômico	1.819.219	(466.199)	1.353.020	1.679.042	(397.782)	1.281.260
Contratos de programa	8.660.552	(2.371.977)	6.288.575	7.338.985	(1.959.832)	5.379.153
Contratos de programa – compromissos	986.086	(135.556)	850.530	808.662	(105.753)	702.909
Contrato de prestação de serviços – São Paulo	14.767.591	(2.400.574)	12.367.017	12.916.939	(1.930.553)	10.986.386
Licença de uso de software	474.294	(107.440)	366.854	326.045	(65.498)	260.547
Total	35.570.323	(7.056.697)	28.513.626	32.053.165	(6.073.639)	25.979.526

(b) Movimentação

	31 de dezembro de 2014	Adições	Renovação de contratos	Reversão de provisão para perdas	Transferências	Baixas e alienações	Amortização	31 de dezembro de 2015
Intangíveis decorrentes de:								
Contratos de concessão – valor patrimonial	7.369.271	574.421	(463.362)	747	(324)	(4.303)	(188.820)	7.287.630
Contratos de concessão – valor econômico	1.281.260	140.732	-	-	(17)	(139)	(68.816)	1.353.020
Contratos de programa	5.379.153	663.399	463.362	4.459	(752)	(11.045)	(210.001)	6.288.575
Contratos de programa – compromissos	702.909	177.424	-	-	-	-	(29.803)	850.530
Contrato de prestação de serviços – São Paulo	10.986.386	1.900.218	-	18.879	(4.997)	(30.321)	(503.148)	12.367.017
Licença de uso de software	260.547	148.248	-	-	-	-	(41.941)	366.854
Total	25.979.526	3.604.442	-	24.085	(6.090)	(45.808)	(1.042.529)	28.513.626

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2013	Adições	Renovação de contratos	Provisão para perdas	Transferências	Baixas e alienações	Amortização	31 de dezembro de 2014
Intangíveis decorrentes de:								
Contratos de concessão – valor patrimonial	7.079.790	693.960	(165.093)	(1.598)	(34.011)	(14.542)	(189.235)	7.369.271
Contratos de concessão – valor econômico	1.186.146	150.647	-	-	(57)	(496)	(54.980)	1.281.260
Contratos de programa	4.668.567	878.947	165.093	(2.919)	(122.940)	(9.726)	(197.869)	5.379.153
Contratos de programa – compromissos	613.320	115.632	-	-	-	-	(26.043)	702.909
Contrato de prestação de serviços – São Paulo	10.124.603	1.264.861	-	(30.352)	112.507	(23.162)	(462.071)	10.986.386
Licença de uso de software	173.805	132.734	-	-	-	-	(45.992)	260.547
Total	23.846.231	3.236.781	-	(34.869)	(44.501)	(47.926)	(976.190)	25.979.526

Durante 2015 a Companhia formalizou contratos de programa com os municípios de Barueri, Mairiporã, Santos e assinou contrato de programa com o município de Santa Isabel, todos pelo prazo de 30 anos. No município de Santa Isabel as operações foram iniciadas em janeiro de 2016.

(c) Serviços de construção

	2015		
	Água	Esgoto	Total
Receita de construção	2.090.012	1.246.704	3.336.716
Custo de construção	2.044.606	1.219.202	3.263.808
Margem	45.406	27.502	72.908

	2014		
	Água	Esgoto	Total
Receita de construção	1.204.380	1.713.656	2.918.036
Custo de construção	1.181.596	1.673.920	2.855.516
Margem	22.784	39.736	62.520

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Intangíveis decorrentes de contratos de concessão

A Companhia opera contratos de concessão incluindo a prestação de serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e coleta de esgoto. Esses contratos de concessão estabelecem direitos e deveres relativos à exploração dos bens relacionados à prestação de serviço público (ver Nota 3.8 (a)). Os contratos preveem que os bens serão revertidos ao poder concedente ao fim do período de concessão.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia operava em 364 municípios no Estado de São Paulo (em 31 de dezembro de 2014 – 364). Na maior parte desses contratos o período de concessão é de 30 anos.

A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa, regulamentada pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP).

Os intangíveis decorrentes de contratos de concessão incluem:

(i) Contratos de concessão – valor patrimonial

Referem-se a municípios assumidos até o ano de 2006, exceto municípios assumidos pelo valor econômico, através de laudo de avaliação patrimonial efetuado por peritos independentes. A amortização dos ativos é calculada de acordo com o método linear, que considera a vida útil dos bens.

(ii) Contratos de concessão – valor econômico

No período de 1999 a 2006, as negociações relacionadas às novas concessões foram realizadas considerando o resultado econômico-financeiro do negócio, definido em laudo de avaliação emitido por peritos independentes.

O montante definido no respectivo instrumento de contratação, após a concretização do negócio junto ao município, com realização mediante subscrição de ações da Companhia ou em dinheiro, está registrado nessa rubrica e é amortizado pelo período da respectiva concessão (normalmente de 30 anos). Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não existiam valores pendentes relativos a esses pagamentos aos municípios.

A amortização dos bens intangíveis é realizada durante a vigência dos contratos ou pela vida útil dos bens adjacentes (dos dois o menor) de concessão pelo método linear.

(iii) Contratos de programa

Refere-se à renovação dos contratos antigamente denominados contratos de concessão cujo objetivo é a prestação de serviços de saneamento. A amortização dos ativos adquiridos até as datas das assinaturas dos contratos de programa é calculada de acordo com método linear, que considera a vida útil dos bens. Os ativos adquiridos ou construídos após as datas das assinaturas dos contratos de programa são amortizados durante o período do contrato (30 anos) ou durante a vida útil dos ativos adjacentes, dos dois o menor.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Contratos de programa - Compromissos

A partir do marco regulatório de 2007 as renovações passaram a ser feitas por meio de contratos de programa. Em alguns desses contratos de programa, a Companhia assumiu o compromisso de participar financeiramente em ações Sócio-ambientais. Os bens construídos e compromissos financeiros assumidos dentro dos contratos de programa são registrados como ativo intangível e são amortizados pelo método linear de acordo com a vigência do contrato de programa (em sua maioria 30 anos).

Em 2015, as despesas de amortização relacionadas aos compromissos dos contratos de programa foram de R\$ 29.803 (em 2014 – R\$ 26.043).

Os valores ainda não desembolsados estão registrados na rubrica “compromissos contratos de programa” no passivo circulante o montante de R\$ 228.659 e R\$ 189.551 em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente e no passivo não circulante o montante de R\$ 92.055 e R\$ 18.208 em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente. Em 2015 foi utilizada a taxa de 8,06% ao ano (WACC), para cálculo do ajuste a valor presente destes contratos.

(v) Contratos de prestação de serviços – São Paulo

Em 23 de junho de 2010 a Companhia celebrou com o Estado e o Município de São Paulo um Contrato de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de São Paulo por um período de 30 anos, prorrogável por mais 30 anos.

Também em 23 de junho de 2010, foi assinado o Convênio entre o Estado e Município, com interveniência e anuência da SABESP e Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (“ARSESP”), cujos principais aspectos são os seguintes:

1. O Estado e o Município atribuem à SABESP o direito de explorar a prestação dos serviços de saneamento da Capital do Estado de São Paulo, o que envolve a obrigação de prover os serviços e o direito de ser remunerada por intermédio do recebimento de receitas tarifárias;
2. O Estado e Município definem a ARSESP como responsável pelas funções de regulação, inclusive tarifária, controle e fiscalização dos serviços;
3. O modelo de avaliação utilizado foi o de fluxo de caixa descontado, o qual considerou a sustentabilidade econômico-financeira da operação da SABESP na Região Metropolitana de São Paulo;
4. Foram considerados no fluxo de caixa todos os custos operacionais, tributos, investimentos e a remuneração do custo de oportunidade dos investidores e credores da SABESP;

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. O contrato prevê investimentos equivalentes a 13% da receita bruta obtida pela prestação de serviços no Município de São Paulo, líquida de Cofins e Pasep. Os planos de investimentos, no que tange à execução da SABESP, deverão ser compatibilizados com as atividades e programas previstos nos planos de saneamento Estadual, Municipal, e se for o caso, Metropolitano. O Plano de Investimentos não é definitivo e será revisado pelo Comitê Gestor a cada quatro anos, em especial quanto aos investimentos a serem executados no período subsequente;

6. O repasse ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura para aplicação em ações pertinentes ao saneamento da capital constitui encargo a ser recuperado na tarifa, conforme disposição contratual. Este valor corresponde a 7,5% (sete e meio por cento) da receita bruta obtida pela prestação de serviços no Município de São Paulo, líquida de Cofins e Pasep, e inadimplência do período, reconhecido contabilmente no resultado, como custo operacional;

7. O custo de oportunidade dos investidores e credores da SABESP foi estabelecido pela metodologia CMPC (custo médio ponderado de capital). Este custo foi utilizado como taxa de desconto do fluxo de caixa; e

8. O Contrato prevê a remuneração dos ativos líquidos em operação, apurados preferencialmente por meio de avaliação patrimonial, ou pelo valor contábil atualizado monetariamente, conforme vier a ser definido pela ARSESP. Além disso, prevê, também, a remuneração dos investimentos a serem executados pela SABESP, de forma que não haja valor residual ao final do Contrato.

Com relação à recuperação, por meio de tarifa, mencionada no item 6 acima, do repasse ao Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura, a ARSESP editou em abril de 2013 a Deliberação nº 413, adiando a aplicação da Deliberação nº 407 e postergando, até a conclusão do processo de revisão tarifária, o repasse na fatura dos serviços os valores referentes aos encargos municipais que estava estipulado na Deliberação nº 407. O adiamento da aplicação da Deliberação nº 407 se deveu à solicitação do Governo do Estado de São Paulo para estudar, entre outras coisas, métodos de redução nos impactos aos consumidores.

Em 18 de abril de 2014, foi publicada a Deliberação ARSESP nº 484 apresentando o resultado definitivo da Revisão Tarifária da SABESP, porém tanto a Prefeitura Municipal de São Paulo, através do Ofício nº 1.309/14-SGM/GAB, como o Estado de São Paulo por meio de requerimento apresentado pela Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo, através do ofício ATG/Ofício nº 092/14-CC, solicitaram a prorrogação dos efeitos da Deliberação ARSESP nº 413, publicada no DOE em 20 de março de 2013, até a conclusão da revisão do Contrato celebrado entre a Prefeitura do Município de São Paulo, o Governo do Estado de São Paulo e a SABESP.

Por meio da Deliberação 488, de 7 de maio de 2014, a ARSESP manteve a suspensão da eficácia da Deliberação ARSESP nº 407, publicada em 22 de março de 2013, até serem conhecidos os resultados obtidos na revisão do Contrato celebrado entre a Prefeitura do Município de São Paulo, o Governo do Estado de São Paulo e a SABESP, postergando a autorização para o repasse na fatura dos serviços dos valores referentes aos encargos municipais, legalmente estabelecidos, que, por força dos Contratos de Programa e Contratos de Prestação de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, devam ser considerados na Revisão Tarifária.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A contratualização com o Município de São Paulo, que representa 51,77% da receita total da Companhia, em 31 de dezembro de 2015, garante segurança jurídica e patrimonial à SABESP, retorno adequado aos acionistas e prestação de serviços de qualidade aos seus clientes.

A Prefeitura Municipal de São Paulo e a Companhia não concluíram um acordo para o equacionamento das pendências financeiras existentes até a data da assinatura do Contrato, relacionadas à prestação dos serviços de fornecimento de água e coleta de esgotos aos imóveis da Municipalidade, motivo pelo qual, a Companhia ajuizou as referidas contas, que estão provisionadas para perdas.

(e) Capitalização de juros e demais encargos financeiros

Em 2015, a Companhia capitalizou juros e variação monetária, inclusive variação cambial nos ativos intangíveis de concessão, dentro dos limites estabelecidos nas normas contábeis, no valor de R\$ 466.544 (em 2014 – R\$ 278.265), durante o período no qual os ativos eram apresentados como obras em andamento.

(f) Margem de construção

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios.

Dessa forma, a Companhia reconhece receita de construção, correspondente aos custos de construção adicionados de uma margem bruta. Em geral as construções relacionadas com as concessões são realizadas por terceiros contratados pela Companhia. Nesse caso a margem implícita da Companhia é menor, em geral, para cobrir os custos de administração, bem como, a assunção do risco primário. Em 2015 e 2014 a margem apurada foi de 2,3%.

O valor da margem de construção para o ano de 2015 e de 2014 foi de R\$ 72.908 e R\$ 62.520, respectivamente.

(g) Desapropriações

Em decorrência da execução de obras prioritárias relacionadas aos sistemas de água e esgoto, houve necessidade de desapropriações em propriedades de terceiros, cujos proprietários serão ressarcidos por meios amigáveis ou judiciais.

Os custos dessas desapropriações deverão ser registrados nos ativos intangíveis de concessão quando concretizada a operação. Em 2015, o total referente às desapropriações foi de R\$ 66.801 (em 2014 - R\$ 13.200).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Parceria Público-Privada - PPP

A SABESP possui transações relacionadas às PPP's mencionadas a seguir. Estas transações e suas respectivas garantias e obrigações estão suportadas em contratos efetuados com base na Lei 11.079/04.

Sistema Produtor Alto Tietê

A SABESP e a sociedade de propósito específico CAB-Sistema Produtor Alto Tietê S/A, formada pelas empresas Galvão Engenharia S/A. e Companhia Águas do Brasil – CAB Ambiental, assinaram em junho de 2008, os contratos da Parceria Público-Privada do Sistema Produtor Alto Tietê.

O contrato de prestação de serviços tem prazo de 15 anos, com o propósito de ampliação da capacidade da Estação de Tratamento de Água de Taiaçupeba, de 10 para 15 mil litros por segundo, cuja operação iniciou-se em outubro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor contábil registrado no intangível da Companhia, relacionado a esta PPP, era de R\$ 393.275 e R\$ 404.447, respectivamente. Em 2015 foi utilizada a taxa de desconto de 8,20% ao ano, para cálculo do ajuste a valor presente deste contrato.

As obrigações assumidas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estão demonstradas no quadro adiante.

A SABESP cede mensalmente à sociedade de propósito específico CAB Sistema Produtor Alto Tietê S/A, recursos provenientes da arrecadação tarifária pela prestação dos serviços, no valor de R\$ 9.164, correspondente ao valor da remuneração mensal. O valor indicado acima é reajustado anualmente pelo IPC – FIPE e transita mensalmente em conta vinculada, conforme procedimento operacional constante nos contratos. No caso de não haver inadimplemento nas obrigações mensais da SABESP com a SPE, os recursos da conta vinculada são liberados para livre movimentação.

A garantia está efetiva desde o início da operação, e valerá até o término, rescisão, intervenção, encampação, caducidade da Concessão Administrativa, ou demais hipóteses de extinção previstas no Contrato de Concessão ou na legislação aplicável às concessões administrativas, inclusive na hipótese de falência ou extinção da SPE.

Sistema Produtor São Lourenço

A SABESP e a sociedade de propósito específico Sistema Produtor São Lourenço S/A, formada pelas empresas Construções e Comércio Camargo Corrêa S/A e Construtora Andrade Gutierrez S/A, assinaram em agosto de 2013, os contratos de Parceria Público-Privada do Sistema Produtor São Lourenço.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O contrato tem como objetivo: a) a construção de um sistema produtor de água que consiste principalmente de uma adutora de água que interligará Ibiúna à Barueri e de estação de captação de água em Ibiúna, estação de tratamento de água em Vargem Grande Paulista e reservatórios de água; e b) de prestação de serviços tem prazo de 25 anos, com o propósito de prestação de serviços de operação do sistema de desidratação, secagem e disposição final do lodo, manutenção e obras do Empreendimento Sistema Produtor São Lourenço. As obras foram iniciadas em abril de 2014.

A previsão de término das obras conforme estipulado em contrato é abril de 2018, entretanto, pelo fato de ser uma obra fundamental para garantir a segurança hídrica, a Companhia vem envidando esforços de forma a antecipar sua conclusão para o final de 2017.

O valor contratual estimado atualizado monetariamente para 31 de dezembro de 2015 é de aproximadamente R\$ 7,5 bilhões. Este valor foi calculado considerando-se a antecipação da entrada em operação mencionada acima.

Após o início das operações, a SABESP cederá mensalmente à sociedade de propósito específico Sistema Produtor São Lourenço S/A, recursos provenientes da arrecadação tarifária pela prestação dos serviços, no valor de R\$ 24,4 milhões, correspondente ao valor da remuneração mensal, acrescida de eventuais juros e encargos. O valor indicado acima será reajustado anualmente pelo IPC - FIPE e deverá transitar mensalmente em conta vinculada, conforme procedimento operacional constante nos contratos. No caso de não haver inadimplemento nas obrigações mensais da SABESP com a SPE, os recursos da conta vinculada são liberados para livre movimentação.

A garantia passará a ser efetivada a partir do início da operação adequada do sistema contando com o devido aceite pela SABESP, e valerá até a ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro: (i) data de pagamento original da última parcela de juros/ amortização do financiamento principal que a SPE vier a contrair para a consecução das obras; (ii) término, rescisão, intervenção, encampação, caducidade da Concessão Administrativa, ou demais hipóteses de extinção previstas no Contrato de Concessão ou na legislação aplicável às concessões administrativas, inclusive na hipótese de falência ou extinção da SPE.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o valor contábil registrado no intangível da Companhia, relacionada a esta PPP, era de R\$ 699.335 e R\$ 22.756, respectivamente. A contabilização do ativo intangível é feita de acordo com a evolução física da obra, que em 31 de dezembro de 2015 era de aproximadamente 25% e a contrapartida é a conta de passivo Parceria Público-Privada – PPP. Em 2015 foi utilizada a taxa de desconto de 7,80% ao ano, para cálculo do ajuste a valor presente deste contrato.

As obrigações assumidas pela Companhia, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estão demonstradas no quadro a seguir, sendo que o aumento nos saldos do intangível e do passivo ocorreu devido ao avanço na evolução das obras em 2015.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2015			31 de dezembro de 2014		
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total do passivo	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total do passivo
Alto Tietê	33.255	319.076	352.331	38.047	307.991	346.038
São Lourenço	-	682.702	682.702	-	22.245	22.245
Total	33.255	1.001.778	1.035.033	38.047	330.236	368.283

(i) Obras em andamento

Encontra-se registrado no intangível o montante de R\$ 6.596 milhões de obras em andamento em 31 de dezembro de 2015 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 5.180 milhões), sendo que em 2015 as maiores obras estão localizadas nos municípios de São Paulo, Praia Grande e Franca, nos montantes de R\$ 3.449 milhões (inclusive o montante de R\$ 699 milhões da PPP São Lourenço), R\$ 272 milhões e R\$ 199 milhões, respectivamente.

(j) Amortização do Intangível

A taxa média de amortização foi de 3,9% em 31 de dezembro de 2015 e 3,8% em 31 de dezembro de 2014.

(k) Licença de uso de software

As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. No primeiro trimestre de 2013 a Companhia iniciou a implantação de solução integrada de gestão empresarial (Sistema ERP), que inclui a implementação do módulo administrativo/financeiro e do módulo comercial. O projeto está em andamento.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Imobilizado

(a) Saldos patrimoniais

	31 de dezembro de 2015			31 de dezembro de 2014		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	102.708	-	102.708	100.533	-	100.533
Edificações	79.257	(33.366)	45.891	74.235	(31.720)	42.515
Equipamentos	326.598	(164.380)	162.218	299.921	(152.999)	146.922
Equipamentos de transporte	12.169	(6.477)	5.692	14.051	(6.438)	7.613
Móveis e utensílios	18.664	(10.246)	8.418	16.556	(9.432)	7.124
Outros	435	(286)	149	688	(550)	138
Total	539.831	(214.755)	325.076	505.984	(201.139)	304.845

(b) Movimentação

	31 de dezembro de 2014	Adições	Transferências	Baixas e alienações	Depreciação	31 de dezembro de 2015
Terrenos	100.533	1.032	1.143	-	-	102.708
Edificações	42.515	1.383	3.347	-	(1.354)	45.891
Equipamentos	146.922	51.610	(8.123)	(340)	(27.851)	162.218
Equipamentos de transporte	7.613	135	(1.109)	(10)	(937)	5.692
Móveis e utensílios	7.124	634	1.629	(23)	(946)	8.418
Outros	138	-	21	-	(10)	149
Total	304.845	54.794	(3.092)	(373)	(31.098)	325.076

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2013	Adições	Transferências	Baixas e alienações	Depreciação	31 de dezembro de 2014
Terrenos	88.332	-	12.201	-	-	100.533
Edificações	23.954	28.407	(8.561)	-	(1.285)	42.515
Equipamentos	71.833	58.002	42.481	(280)	(25.114)	146.922
Equipamentos de transporte	7.895	1.481	(707)	-	(1.056)	7.613
Móveis e utensílios	6.821	1.187	(29)	(39)	(816)	7.124
Outros	661	374	(884)	(3)	(10)	138
Total	199.496	89.451	44.501	(322)	(28.281)	304.845

(c) Depreciação

As taxas de depreciação são revisadas anualmente conforme segue: edificações 2%; equipamentos 10%; equipamentos de transportes 10% e móveis e utensílios 6,7%. Os terrenos não são depreciados.

A taxa média da depreciação em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 foi de 11,5% e 11,4%, respectivamente.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Empréstimos e Financiamentos

Saldo devedor de empréstimos e financiamentos	31 de dezembro de 2015			31 de dezembro de 2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Instituição financeira						
Em moeda nacional						
Debêntures 10ª Emissão	39.619	155.815	195.434	38.027	187.352	225.379
Debêntures 12ª Emissão	45.450	385.667	431.117	45.450	431.174	476.624
Debêntures 14ª Emissão	38.519	210.961	249.480	37.038	239.192	276.230
Debêntures 15ª Emissão	94.819	728.529	823.348	94.819	761.497	856.316
Debêntures 16ª Emissão	-	-	-	498.731	-	498.731
Debêntures 17ª Emissão	140.144	997.259	1.137.403	-	1.067.760	1.067.760
Debêntures 18ª Emissão	3.167	247.683	250.850	-	202.145	202.145
Debêntures 19ª Emissão	-	498.587	498.587	-	497.793	497.793
Debêntures 20ª Emissão	-	494.500	494.500	-	-	-
Caixa Econômica Federal	49.491	1.014.850	1.064.341	67.085	1.031.438	1.098.523
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES BAIXADA SANTISTA	16.368	49.104	65.472	16.309	65.237	81.546
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	10.329	66.984	77.313	10.287	76.975	87.262
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	4.264	31.206	35.470	4.068	35.318	39.386
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	2.308	23.660	25.968	1.725	25.875	27.600
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	22.347	184.082	206.429	20.183	186.374	206.557
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES TIETÊ III	17.725	265.663	283.388	-	187.420	187.420
Arrendamento Mercantil	11.955	522.940	534.895	8.997	473.593	482.590
Outros	649	1.270	1.919	716	1.886	2.602
Juros e Demais Encargos	127.862	-	127.862	125.011	-	125.011
Total em moeda nacional	625.016	5.878.760	6.503.776	968.446	5.471.029	6.439.475

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldo devedor de empréstimos e financiamentos	31 de dezembro de 2015			31 de dezembro de 2014		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Instituição financeira						
Em moeda estrangeira						
Inter-American Development Bank - BID 713 – US\$ 50.195 mil (dez/14 – US\$75.293 mil)	98.001	98.001	196.002	66.664	133.329	199.993
Inter-American Development Bank - BID 896 – US\$ 2.778 mil (dez/14 – US\$5.555 mil)	10.848	-	10.848	7.377	7.378	14.755
Inter-American Development Bank - BID 1212 – US\$ 102.781 mil (dez/14 – US\$113.059 mil)	40.134	361.204	401.338	27.301	273.007	300.308
Inter-American Development Bank - BID 2202 – US\$ 405.072 mil (dez/14 – US\$347.190 mil)	-	1.572.181	1.572.181	-	914.189	914.189
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento -BIRD – US\$ 61.158 mil (dez/14 – US\$45.860 mil)	-	238.464	238.464	-	121.447	121.447
Euro Bônus – US\$ 140.000 mil (dez/14 – US\$140.000 mil)	546.570	-	546.570	-	371.655	371.655
Euro Bônus – US\$ 350.000 mil (dez/14 – US\$350.000 mil)	-	1.362.570	1.362.570	-	924.741	924.741
JICA 15 – Iene 16.134.020 mil (dez/14 – Iene 17.286.450 mil)	37.373	485.853	523.226	25.619	358.659	384.278
JICA 18 – Iene 14.506.240 mil (dez/14 – Iene 15.542.400 mil)	33.603	436.548	470.151	23.034	322.166	345.200
JICA 17 – Iene 1.565.564 mil (dez/14 – Iene 1.029.992 mil)	-	50.201	50.201	-	22.437	22.437
JICA 19 – Iene 21.701.103 mil (dez/14 – Iene 14.208.068 mil)	-	701.978	701.978	-	314.526	314.526
BID 1983AB – US\$ 130.289 mil (dez/14 – US\$154.231 mil)	93.490	409.578	503.068	63.596	344.078	407.674
Juros e Demais Encargos	41.227	-	41.227	25.089	-	25.089
Total em moeda estrangeira	901.246	5.716.578	6.617.824	238.680	4.107.612	4.346.292
Total dos empréstimos e financiamentos	1.526.262	11.595.338	13.121.600	1.207.126	9.578.641	10.785.767

Cotação de 31 de dezembro de 2015 US\$ 3,9048; Iene 0,03243 (em 31 de dezembro de 2014 US\$ 2,6562; Iene 0,02223).

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia não possuía saldos de empréstimos e financiamentos, captados durante o ano, com vencimento em até 12 meses.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em moeda nacional	Garantias	Vencimento final	Taxa anual de juros	Atualização monetária
Debêntures 10ª Emissão	Recursos próprios	2020	TJLP +1,92% (1ª e 3ª séries) e 9,53% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 12ª Emissão	Recursos próprios	2025	TR + 9,5%	
Debêntures 14ª Emissão	Recursos próprios	2022	TJLP +1,92% (1ª e 3ª séries) e 9,19% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 15ª Emissão	Recursos próprios	2019	CDI + 0,99% (1ª série) e 6,2% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 17ª Emissão	Recursos próprios	2023	CDI +0,75 (1ª série) e 4,5% (2ª série) e +4,75% (3ª série)	IPCA (2ª e 3ª série)
Debêntures 18ª Emissão	Recursos próprios	2024	TJLP + 1,92 % (1ª e 3ª séries) e 8,25% (2ª série)	IPCA (2ª série)
Debêntures 19ª Emissão	Recursos próprios	2017	CDI + 0,80% à 1,08%	
Debêntures 20ª Emissão	Recursos próprios	2019	CDI + 3,80%	
Caixa Econômica Federal	Recursos próprios	2015/2037	5% a 9,5%	TR
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES BAIXADA SANTISTA	Recursos próprios	2019	2,5% + TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC	Recursos próprios	2023	2,15% + TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9751	Recursos próprios	2027	1,72%+TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES PAC II 9752	Recursos próprios	2027	1,72%+TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ONDA LIMPA	Recursos próprios	2025	1,92% + TJLP	
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES TIETÊ III	Recursos próprios	2028	1,66% + TJLP	
Arrendamento Mercantil		2035	7,73% a 10,12%	IPC
Outros	Recursos próprios	2015/2018	TJLP + 2% (Fehidro) e 12% (Presidente Prudente)	TR

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em moeda estrangeira	Garantias	Vencimento final	Taxa anual de juros	Variação cambial
Inter-American Development Bank - BID 713 – US\$ 50.195 mil	Governo Federal	2017	3,35% (*)	US\$
Inter-American Development Bank - BID 896 - US\$ 2.778 mil	Governo Federal	2016	3,00%	US\$
Inter-American Development Bank - BID 1212 - US\$ 102.781 mil	Governo Federal	2025	2,58% (*)	US\$
Inter-American Development Bank - BID 2202 - US\$ 405.072 mil	Governo Federal	2035	1,52% (*)	US\$
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD US\$ 61.158 mil	Governo Federal	2034	0,69% (*)	US\$
Euro Bônus – US\$ 140.000 mil	-	2016	7,50%	US\$
Euro Bônus – US\$ 350.000 mil	-	2020	6,25%	US\$
JICA 15 – Iene 16.134.020 mil	Governo Federal	2029	1,8% e 2,5%	Iene
JICA 18– Iene 14.506.240 mil	Governo Federal	2029	1,8% e 2,5%	Iene
JICA 17– Iene 1.565.564 mil	Governo Federal	2035	1,2% e 0,01%	Iene
JICA 19– Iene 21.701.103 mil	Governo Federal	2037	1,7% e 0,01%	Iene
BID 1983AB – US\$ 130.289 mil	-	2023	Libor + 1,88% a 2,38% (*)	US\$

(*) Taxas compostas pela LIBOR + *spread* definido contratualmente.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Cronograma de liquidação – saldos contábeis em 31 de dezembro de 2015

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022 até 2038	TOTAL
EM MOEDA NACIONAL								
Debêntures	361.717	890.999	864.874	959.914	396.951	189.131	417.133	4.080.719
Caixa Econômica Federal	49.491	54.313	57.932	59.602	61.571	64.661	716.771	1.064.341
BNDES	73.342	79.251	79.251	79.251	61.572	61.135	260.238	694.040
Arrendamento Mercantil	11.955	22.461	23.642	24.924	26.319	28.274	397.320	534.895
Outros	649	732	538	-	-	-	-	1.919
Juros e Demais Encargos	127.862	-	-	-	-	-	-	127.862
TOTAL EM MOEDA NACIONAL	625.016	1.047.756	1.026.237	1.123.691	546.413	343.201	1.791.462	6.503.776
EM MOEDA ESTRANGEIRA								
BID	148.983	221.384	123.383	123.383	123.383	123.383	1.316.470	2.180.369
BIRD	-	-	-	7.960	15.921	15.921	198.662	238.464
Euro Bônus	546.570	-	-	-	1.362.570	-	-	1.909.140
JICA	70.976	72.348	73.720	111.762	111.762	111.762	1.193.226	1.745.556
BID 1983AB	93.490	93.490	92.502	69.085	66.853	30.037	57.611	503.068
Juros e Demais Encargos	41.227	-	-	-	-	-	-	41.227
TOTAL EM MOEDA ESTRANGEIRA	901.246	387.222	289.605	312.190	1.680.489	281.103	2.765.969	6.617.824
Total Geral	1.526.262	1.434.978	1.315.842	1.435.881	2.226.902	624.304	4.557.431	13.121.600

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Debêntures

O saldo apresentado, em 31 de dezembro de 2015, está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 11.514 (em 31 de dezembro de 2014 – R\$ 8.770), que serão amortizados durante a vigência de cada contrato.

(i) Principais eventos

Debêntures (20ª emissão)

Em 28 de dezembro de 2015, a Companhia realizou a 20ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, no valor total de R\$ 500.000, quantidade de 50.000 debêntures, valor unitário de R\$ 10, cujas características são as seguintes:

	<u>Quantidade</u>	<u>Atualização</u>	<u>Juros</u>	<u>Pagamento de juros</u>	<u>Amortização</u>	<u>Vencimento</u>
Série única	50.000	-	CDI + 3,8% a.a.	Semestral (junho e dezembro)	Anual	Dezembro/2018 e Dezembro/2019

Os recursos provenientes da captação por meio da 20ª Emissão de Debêntures serão destinados à recomposição de caixa da Companhia e refinanciamento de compromissos financeiros vencidos no primeiro trimestre de 2016.

Debêntures (16ª emissão)

Em 24 de junho de 2015 ocorreu o resgate antecipado total da 16ª emissão, no montante de R\$ 507.674. O vencimento contratual estava previsto para 12 de novembro de 2015.

(ii) Covenants

Para os contratos vigentes, a Companhia possui as seguintes cláusulas restritivas:

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Aplicáveis a 10^a emissão, 14^a emissão e 18^a emissão:

Covenants financeiros aplicáveis aos contratos de financiamento com o BNDES, exceto para o contrato 08.2.0169.1 (Onda Limpa):

Os acordos de financiamentos com o BNDES especificam duas faixas em que a Companhia precisa manter seus indicadores de EBITDA Ajustado / Despesas Financeiras Ajustadas, Dívida Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado, e Outras Dívidas Onerosas / EBITDA Ajustado.

Esses acordos também especificam um mecanismo de garantias, em que a Companhia precisa assegurar que uma porção do valor mensal de recebíveis transite diariamente em uma conta fiduciária vinculada ao BNDES. Neste processo, diariamente após o BNDES notificar ao banco depositário que a Companhia não está em *default*, essa porção do valor mensal de recebíveis é liberada para uma conta movimento da Companhia.

Se o indicador de EBITDA Ajustado / Despesas Financeiras Ajustadas estiver igual ou superior a 3,50, o indicador de Dívida Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado estiver igual ou inferior a 3,00 e o indicador de Outras Dívidas Onerosas / EBITDA Ajustado estiver igual ou inferior a 1,00, a quantia que precisa transitar pela conta fiduciária vinculada ao BNDES é de R\$ 170,2 milhões por mês.

Se um ou mais dos três indicadores mencionados acima não for atingido por no mínimo dois trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de doze meses, porém se mantiver na seguinte faixa de indicadores: EBITDA Ajustado / Despesas Financeiras Ajustadas inferior a 3,50 e igual ou superior a 2,80, Dívida Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado igual ou inferior a 3,80 e superior a 3,00 e Outras Dívidas Onerosas / EBITDA Ajustado igual ou inferior a 1,30 e superior a 1,00, a porção do valor mensal de recebíveis que precisa transitar pela conta fiduciária vinculada ao BNDES é automaticamente aumentada em 20%, para R\$ 204,3 milhões por mês.

As cláusulas do *covenants* repactuados/aditados são:

A. Manutenção dos seguintes indicadores, apurados trimestralmente e relativos aos valores acumulados nos últimos 12 meses, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais revisadas ou demonstrações financeiras anuais auditadas:

- EBITDA Ajustado / Despesas Financeiras Ajustadas igual ou superior a 3,50;
- Dívida líquida ajustada / EBITDA ajustado igual ou inferior a 3,00;
- Outras dívidas onerosas(*) / EBITDA ajustado ser igual ou inferior a 1,00

(*) "Outras Dívidas Onerosas" é igual ao somatório das obrigações previdenciárias e com plano de assistência médica, parcelamento de dívidas tributárias e parcelamento de dívidas com o fornecedor de Energia Elétrica.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

B. Caso fique caracterizado o descumprimento de um ou mais de um dos indicadores especificados no item A, por dois ou mais trimestres, consecutivos ou não, dentro de um período de doze meses, a Companhia estará descumprindo a primeira faixa de indicadores e a porção do valor mensal de recebíveis que precisa transitar pela conta fiduciária vinculada ao BNDES será automaticamente aumentada em 20%, passando para R\$ 204,3 milhões por mês, se mantido os indicadores na seguinte faixa:

- EBITDA Ajustado / Despesas Financeiras Ajustadas deve ser inferior a 3,50 e igual ou superior a 2,80;
- Dívida líquida Ajustada / EBITDA Ajustado deve ser igual ou inferior a 3,80 e superior a 3,00;
- Outras Dívidas Onerosas / EBITDA Ajustado deve ser igual ou inferior a 1,30 e superior a 1,00.

C. Caso fique caracterizado o descumprimento de um ou mais de um dos indicadores especificados no item B, e/ou a Companhia descumprir a obrigação estipulada de reforço automático da garantia estipulada no item B, a Companhia estará descumprindo as cláusulas de covenants, e o BNDES poderá, a seu exclusivo critério:

- requerer a constituição de outras garantias adicionais, no prazo a ser por ele fixado em notificação;
- suspender a liberação dos recursos; e/ou
- decretar o vencimento antecipado dos Contratos de Financiamento e/ou dos Contratos de Promessa de Subscrição de Debêntures Simples em Emissões Privadas e Outros Pactos.

O valor cedido em garantia em 31 de dezembro de 2015, para os contratos acima citados, era de R\$ 204,3 milhões (não inclui a garantia do contrato 08.2.0169.1).

Covenants financeiros aplicáveis ao contrato de financiamento com o BNDES nº 08.2.0169.1:

- Ebitda ajustado / Receita operacional líquida ajustada: igual ou superior a 38%;
- Ebitda ajustado / Despesas financeiras ajustadas: igual ou superior a 2,35;
- Dívida líquida ajustada / Ebitda ajustado: igual ou inferior a 3,20.

O BNDES verificará anualmente o cumprimento, ou não, dos índices por meio do exame das demonstrações financeiras anuais auditadas, as quais devem ser apresentadas ao BNDES ou publicadas até 30 de abril do ano subsequente aquele que se referirem as demonstrações em questão. Na hipótese de a Companhia cumprir, de forma cumulativa, os índices mencionados acima, o BNDES concederá uma redução nos juros estipulados no Contrato, alterando-se de 2,15% a.a. para 1,82% a.a., que incidirá a partir de 16 de junho do mesmo ano em que a verificação houver sido feita até 15 de junho do ano seguinte.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os contratos também possuem cláusulas de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas obrigações previstas na Escritura, implicará o vencimento antecipado do mesmo.

Aplicável a 12ª emissão:

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

- Liquidez corrente ajustada (ativo circulante dividido pelo passivo circulante, excluída do passivo circulante a parcela registrada no circulante das dívidas do não circulante contraídas pela Companhia) maior que 1,0;
- Ebitda/Despesas financeiras pagas igual ou superior a 1,5;
- Alienação de ativos operacionais, extinção de licença, perda de concessão ou perda de capacidade da Emissora para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em áreas do território do Estado de São Paulo que, consideradas isoladamente ou em conjunto durante a vigência da escritura, resultem em uma redução da receita líquida de vendas e/ou serviços da Emissora superior a 25% (vinte e cinco por cento). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre e utilizando-se as informações financeiras divulgadas pela Emissora; e

A falta de cumprimento dessas obrigações somente ficará caracterizada quando verificada nas suas demonstrações financeiras trimestrais, por no mínimo dois trimestres consecutivos, ou ainda por dois trimestres não consecutivos dentro de um período de doze meses.

Na falta de observância dos “covenants” o agente fiduciário deverá convocar no prazo de 48 horas da data que tomar conhecimento do ocorrido, uma assembleia geral de debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das debêntures.

O contrato possui cláusula de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, em montante igual ou superior a R\$ 50 milhões, corrigidos pela variação do IPCA a partir da data de emissão, em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia decorrentes da Emissão, implicará o vencimento antecipado deste contrato.

Aplicáveis a 15ª emissão, 17ª emissão, 19ª emissão e 20ª emissão:

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Dívida total ajustada em relação ao Ebitda menor ou igual a 3,65;
- Ebitda/Despesas financeiras pagas igual ou superior a 1,5;
- Alienação de ativos operacionais, extinção de licença, perda de concessão ou perda de capacidade da Emissora para a execução e operação dos serviços públicos de saneamento básico em áreas do território do Estado de São Paulo que, consideradas isoladamente ou em conjunto durante a vigência da escritura, resultem em uma redução da receita líquida de vendas e/ou serviços da Emissora superior a 25% (vinte e cinco por cento). O limite acima estabelecido será apurado trimestralmente, levando-se em conta as receitas operacionais líquidas da Emissora durante os 12 (doze) meses anteriores ao encerramento de cada trimestre e utilizando-se as informações financeira divulgadas pela Emissora; e

O não cumprimento das cláusulas de “covenants”, por no mínimo dois trimestres consecutivos, ou ainda por dois trimestres não consecutivos dentro de um período de doze meses, levará ao vencimento antecipado do contrato.

Os contratos possuem cláusula de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, em montante igual ou superior a R\$ 90 milhões (para 19ª emissão montante igual ou superior a R\$ 120 milhões), corrigidos pela variação do IPCA a partir da data de emissão, em razão de inadimplemento contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da Companhia decorrentes da Emissão, levará ao vencimento antecipado destes contratos.

(b) Caixa Econômica Federal

(i) Principais eventos

Em 2015 ocorreram captações no montante de R\$ 199.602, relativo, principalmente, aos contratos em andamento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

Em setembro de 2015 ocorreram amortizações antecipadas no montante de R\$ 191.081, relativas aos contratos do Programa Pró-Saneamento.

A garantia para os contratos de financiamento com a Caixa Econômica Federal é a vinculação da parcela de arrecadação, em conta arrecadadora com a própria Caixa Econômica Federal, na qual deve ser mantido fluxo igual ou no mínimo de três vezes o valor dos encargos mensais, na fase de carência, por juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito e, na fase de amortização, pelo principal, juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito. Adicionalmente, a Companhia mantém uma conta reserva, vinculada aos contratos de financiamento, na Caixa Econômica Federal, mantida durante todo o período de vigência dos contratos, na qual é acumulado o montante equivalente a um encargo mensal, composto na fase de carência por juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito e, na fase de amortização, por principal, juros, taxa de administração e taxa de risco de crédito.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Covenants

Os contratos possuem Cláusula de “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Companhia, em razão de inadimplemento contratual, cuja ocorrência possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas obrigações pecuniárias decorrentes destas contratações, implicará o vencimento antecipado.

Para os contratos vigentes, formalizados entre 28 de maio de 2007 e 13 de março de 2013, a Companhia possui as seguintes cláusulas restritivas:

AMD – Acordo de Melhoria de Desempenho (*)

Os contratos vigentes, que foram formalizados com a Caixa Econômica Federal e o BNDES (Baixada Santista, PAC, Onda Limpa, PAC II 9751 e PAC II 9752), cujos recursos foram obtidos por meio de processo de seleção do Ministério das Cidades, contratações entre 28 de maio de 2007 e 13 de março de 2013, estão sujeitos aos compromissos financeiros estipulados no AMD, o qual é calculado quando da divulgação das demonstrações financeiras anuais, conforme previsto a seguir:

De acordo com a Instrução Normativa nº 05 de 22 de janeiro de 2008, os contratos que são objetos de fundos públicos de investimento, tendo como fonte de recurso o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”) ou Fundo de Amparo ao Trabalhador (“FAT”), os quais passam por seleção do Ministério das Cidades, devem manter um Acordo de Melhoria de Desempenho (“AMD”) válido, tendo metas, para indicadores financeiros e operacionais, projetadas anualmente para os 5 anos seguintes, com base na média dos dois últimos anos.

O Acordo de Melhoria de Desempenho, datado de 28 de maio de 2007 e aditado em agosto de 2012, foi celebrado entre a SABESP e o Governo Federal, tendo como intervenientes a Caixa Econômica Federal e o BNDES. De acordo com este contrato, a Companhia deve cumprir com pelo menos quatro dos oito indicadores operacionais e financeiros, estipulados para o período de 2012 a 2016. Se deixarmos de cumprir cinco destes indicadores, a Caixa Econômica Federal e o BNDES podem suspender os desembolsos e seríamos impedidos de celebrar quaisquer outros contratos de financiamento com essas instituições até que novas metas sejam negociadas. É previsto a possibilidade de renegociar as metas se necessário.

Em 14 de março de 2013, através da Instrução Normativa nº 06, o Ministério das Cidades revogou a Instrução Normativa nº 05 de 22 de janeiro de 2008, que regulamentava o Acordo de Melhoria de Desempenho. Conforme estipula o artigo 2º da Instrução Normativa nº 06, os AMDs assinados até 13 de março de 2013 permanecerão válidos até a data de expiração de suas respectivas vigências, não sendo necessário a celebração ou a repactuação de AMD para as novas contratações.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) BNDES

O saldo apresentado, em 31 de dezembro de 2015, está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 920 (em 31 de dezembro de 2014 – R\$ 1.011), que serão amortizados durante a vigência de cada contrato.

(i) Principais captações

Em 2015 ocorreram captações no montante de R\$ 95.000, referente ao contrato 12.2.1381.1 (BNDES Tietê III), firmado em fevereiro de 2013; e R\$ 20.000, referente ao contrato 09.2.1535.1 (BNDES Onda Limpa), firmado em março de 2010.

A garantia para os contratos é a vinculação de parte da arrecadação proveniente do pagamento das tarifas de água e esgoto, até o valor total da dívida.

(ii) Covenants

Os contratos com o BNDES possuem cláusulas padronizadas de covenants financeiros, conforme descrito no item (a), (ii), covenants aplicáveis a 10ª emissão, 14ª emissão e 18ª emissão, desta nota explicativa.

Cláusulas de covenants operacionais aplicáveis a Baixada Santista, PAC, Onda Limpa e PAC II 9751, PAC II 9752:

AMD – Acordo de Melhoria de Desempenho (*)

(*) Vide item (b), (ii) desta nota explicativa.

(d) Arrendamento mercantil

A Companhia possui contratos de obras firmados na modalidade Locação de Ativos. Durante o período de construção, as obras são capitalizadas ao ativo intangível em andamento e o valor do arrendamento é registrado na mesma proporção. Está previsto para 2016 a finalização das obras.

Após a entrada em operação, é iniciado o período de pagamento do arrendamento (240 parcelas mensais), cujo valor é periodicamente corrigido pelo índice de preços contratado.

Em 15 de janeiro de 2015, iniciou a operação do Sistema de Esgotamento Sanitário São José dos Campos, cujo saldo correspondente em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 96.108.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Eurobônus

O saldo apresentado, em 31 de dezembro de 2015, está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 4.212 (em 31 de dezembro de 2014 – R\$ 5.142), que serão amortizados durante a vigência do contrato.

(i) Covenants

Para os contratos vigentes, a Companhia possui as seguintes cláusulas restritivas:

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

Limitar a captação de novas dívidas de modo que:

- a dívida total ajustada em relação ao Ebitda não seja superior a 3,65;
- o índice de cobertura do serviço da dívida da Companhia, determinado na data de incursão dessa dívida, não seja inferior a 2,35.

O não cumprimento das cláusulas de “covenants” levará ao vencimento antecipado do contrato.

O contrato possui cláusula “cross default”, ou seja, o vencimento antecipado de qualquer endividamento por empréstimos da Companhia ou qualquer de suas Subsidiárias (*) tendo um valor de principal total de US\$ 25.000.000,00 ou mais (ou seu valor equivalente em outras moedas) implicará o vencimento antecipado deste contrato.

(*) Conforme contrato, entende-se por subsidiária: “a empresa, associação ou outra sociedade da qual mais de 50% de suas ações com direito a voto são de propriedade ou controle, direto ou indireto, de qualquer Pessoa ou uma ou mais outras Subsidiárias de Pessoa, ou suas combinações”.

(f) Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

O saldo apresentado, em 31 de dezembro de 2015, está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 9.544 (em 31 de dezembro de 2014 – R\$ 8.017), que serão amortizados durante a vigência do contrato.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Principais captações

Em 2015 ocorreram captações no montante de R\$ 181.998, referente ao contrato 2202 (BID 2202).

Os empréstimos tomados junto às instituições multilaterais e com Agência do Governo, como o BID, BIRD e JICA, são garantidos pelo Governo Federal contando com a contragarantia do Estado de São Paulo.

(ii) Covenants

Para os contratos vigentes, a Companhia possui as seguintes cláusulas restritivas:

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

- Contratos 713, 896 e 1.212 - As tarifas devem: a) produzir uma receita suficiente para cobrir os gastos de exploração do sistema, inclusive os relacionados com administração, operação, manutenção e depreciação; b) proporcionar uma rentabilidade sobre o ativo imobilizado superior a 7%; e c) durante a execução do projeto os saldos dos empréstimos contratados a curto prazo não deverão ser superiores a 8,5% do seu patrimônio líquido.

O não cumprimento das cláusulas de “covenants” levará ao vencimento antecipado do contrato.

O contrato possui cláusula de “cross default” entre os contratos do BID (mesmo banco financeiro), ou seja, o vencimento antecipado ocorrerá, caso haja inadimplemento de qualquer obrigação com este ou quaisquer outros contratos subscritos com o Banco para financiamento de projeto.

(g) Agência Japonesa para Cooperação Internacional - JICA

(i) Principais captações

O saldo apresentado, em 31 de dezembro de 2015, está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 2.646 (em 31 de dezembro de 2014 – R\$ 2.086), que serão amortizados durante a vigência do contrato.

Em 2015 ocorreram captações no montante de R\$ 215.119, referente ao contrato BZ-P19 (JICA 19); e R\$ 13.800, referente ao contrato BZ-P17 (JICA 17).

Para as garantias concedidas, vide item f (i) dessa nota explicativa.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) AB Loan (IADB 1983AB)

O saldo apresentado, em 31 de dezembro de 2015, está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 5.684 (em 31 de dezembro de 2014 – R\$ 1.994), que serão amortizados durante a vigência do contrato.

(i) Covenants

A Companhia possui as seguintes cláusulas restritivas:

Calculados trimestralmente, quando da divulgação das demonstrações financeiras trimestrais ou demonstrações financeiras anuais:

- Índice de cobertura do serviço da dívida da Companhia, determinado a partir das demonstrações consolidadas, deve ser maior ou igual a 2,35; e
- Dívida total ajustada em relação ao Ebitda/Ajustado, determinado a partir das demonstrações consolidadas, deve ser menor que 3,65.

O contrato possui cláusula de “cross default”, ou seja, se ocorrer e continuar ocorrendo um Evento de Inadimplemento (quer voluntário quer involuntário, quer resultante do efeito de qualquer lei aplicável quer de acordo com ou em virtude de qualquer ato ou omissão em agir por qualquer Autoridade ou outra), o BID pode, por comunicação para a Tomadora, determinar o vencimento antecipado do empréstimo ou parte dele como especificado no aviso (com juros acumulados sobre o mesmo) e todas as outras obrigações estão vencidas e são pagáveis imediatamente.

Em 30 de setembro de 2015, a Companhia e o BID, firmaram acordo denominado “Letter Agreement”, em que o BID concordou, em caráter irrevogável, a não exercer seu direito de acelerar a dívida, no período de 30 de setembro de 2015 a 1º de outubro de 2016, caso durante um trimestre haja desconformidade com o índice “Dívida total ajustada / Ebitda”, que deve ser menor que 3,65. O BID pode exercer o seu direito de aceleração do vencimento se houver o descumprimento do referido índice por mais de um trimestre.

(i) Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)

O saldo apresentado, em 31 de dezembro de 2015, está deduzido dos custos de captação no valor de R\$ 346 (em 31 de dezembro de 2014 – R\$ 366), que serão amortizados durante a vigência do contrato.

Em 2015 ocorreram captações no montante de R\$ 52.488.

Para as garantias concedidas, vide item f (i) dessa nota explicativa.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(j) Compromissos financeiros – “Covenants”

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia cumpriu os requisitos vigentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos.

(k) Empréstimos e financiamentos contratados e ainda não utilizados

Agente	31 de dezembro de 2015
	(em milhões de Reais (*))
Caixa Econômica Federal	2.087
Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social	2.104
Inter-American Development Bank – BID	761
Agência Japonesa para Cooperação Internacional – JICA	536
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD	152
Outros	51
TOTAL	5.691

(*) Utilizada cotação de fechamento de 31/12/2015. (US\$ 1,00 = R\$ 3,9048; ¥ 1,00 = R\$ 0,03243).

A SABESP, para cumprir seu plano de investimentos, conta com um plano de captações de financiamento.

Os recursos dos financiamentos contratados possuem propósitos específicos, sendo liberados para a execução de seus respectivos investimentos, de acordo com o andamento das obras.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Impostos e contribuições

(a) Ativo circulante

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Impostos a recuperar		
Cofins e Pasep	-	10.121
Imposto de renda e contribuição social	68.978	132.447
IRRF sobre aplicações financeiras	4.914	3.718
Outros tributos federais	3.661	2.313
Outros tributos municipais	275	169
Total	77.828	148.768

A redução no saldo de impostos a recuperar, decorre principalmente do decréscimo na rubrica “imposto de renda e contribuição social”, devido à compensação desses valores com valores a pagar de Pasep e Cofins no exercício.

(b) Passivo circulante

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Impostos e contribuições a recolher		
Cofins e Pasep	40.505	-
INSS	33.836	33.324
IRRF	11.126	17.377
Outros	21.828	23.437
Total	107.295	74.138

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Impostos e contribuições diferidos

(a) Saldos patrimoniais

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Impostos diferidos ativo		
Provisões	480.378	524.728
Obrigações previdenciárias – G0	-	85.271
Obrigações previdenciárias – G1	256.808	229.266
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	53.206	45.742
Provisão para perdas de crédito	213.171	222.587
Prejuízo fiscal	58.829	-
Outros	121.550	112.566
Total do ativo fiscal diferido	1.183.942	1.220.160
Impostos diferidos passivo		
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(524.495)	(559.411)
Capitalização de custos de empréstimos	(309.648)	(253.581)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(81.055)	(87.092)
Ganho/perda atuarial – Plano G1	(33.726)	(2.514)
Margem de construção	(94.921)	(98.772)
Custas de captação	(11.855)	(9.312)
Total do passivo fiscal diferido	(1.055.700)	(1.010.682)
Ativo fiscal diferido líquido	128.242	209.478

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Realização

	<u>31 de dezembro de 2015</u>	<u>31 de dezembro de 2014</u>
Impostos diferidos ativo		
a ser realizado em até 12 meses	277.573	216.063
a ser realizado depois de um ano	<u>906.369</u>	<u>1.004.097</u>
Total do ativo fiscal diferido	1.183.942	1.220.160
Impostos diferidos passivo		
a ser realizado em até 12 meses	(42.820)	(39.836)
a ser realizado depois de um ano	<u>(1.012.880)</u>	<u>(970.846)</u>
Total do passivo fiscal diferido	<u>(1.055.700)</u>	<u>(1.010.682)</u>
Ativo fiscal diferido	<u>128.242</u>	<u>209.478</u>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Movimentação

	31 de dezembro de 2014	Variação líquida	31 de dezembro de 2015
Impostos diferidos ativo			
Provisões	524.728	(44.350)	480.378
Obrigações previdenciárias – G0	85.271	(85.271)	-
Obrigações previdenciárias - G1	229.266	27.542	256.808
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	45.742	7.464	53.206
Perdas de créditos	222.587	(9.416)	213.171
Prejuízo fiscal	-	58.829	58.829
Outros	112.566	8.984	121.550
Total	1.220.160	(36.218)	1.183.942
Impostos diferidos passivo			
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(559.411)	34.916	(524.495)
Capitalização de custos de empréstimos	(253.581)	(56.067)	(309.648)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(87.092)	6.037	(81.055)
Ganho/perda atuarial – G1	(2.514)	(31.212)	(33.726)
Margem de construção	(98.772)	3.851	(94.921)
Custas de captação	(9.312)	(2.543)	(11.855)
Total	(1.010.682)	(45.018)	(1.055.700)
 Ativo fiscal diferido líquido	 209.478	 (81.236)	 128.242

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2013	Variação líquida	31 de dezembro de 2014
Impostos diferidos ativo			
Provisões	506.568	18.160	524.728
Obrigações previdenciárias – G0	85.271	-	85.271
Obrigações previdenciárias - G1	215.187	14.079	229.266
Doações de ativos relacionados aos contratos de concessão	43.901	1.841	45.742
Perdas de créditos	172.482	50.105	222.587
Outros	87.266	25.300	112.566
Total	1.110.675	109.485	1.220.160
Impostos diferidos passivo			
Diferença temporária sobre concessão de ativo intangível	(595.285)	35.874	(559.411)
Capitalização de custos de empréstimos	(200.343)	(53.238)	(253.581)
Lucro sobre o fornecimento a órgãos públicos	(81.711)	(5.381)	(87.092)
Ganho/perda atuarial – G1	(32.405)	29.891	(2.514)
Outros	(86.901)	(21.183)	(108.084)
Total	(996.645)	(14.037)	(1.010.682)
 Ativo fiscal diferido líquido	 114.030	 95.448	 209.478
	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014	
Saldo inicial	209.478	114.030	
Variação líquida no ano:			
- contrapartida na demonstração de resultado	(50.024)	65.557	
- contrapartida em ajuste de avaliação patrimonial (Nota 20 (b))	(31.212)	29.891	
Total da variação líquida	(81.236)	95.448	
Saldo final	128.242	209.478	

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Conciliação da alíquota efetiva de imposto

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas demonstrações financeiras estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Lucro antes dos impostos	587.529	1.274.843
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa esperada à taxa nominal	(199.760)	(433.447)
Benefício fiscal do juro sobre capital próprio	56.172	100.327
Diferenças permanentes		
Provisão Lei 4.819/58 (i)	(54.679)	(48.380)
Doações	(3.153)	(7.080)
Acordo GESP (Nota 10 (vii))	151.465	-
Outras diferenças	(1.295)	16.720
Imposto de renda e contribuição social	(51.250)	(371.860)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(1.226)	(437.417)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(50.024)	65.557
Alíquota efetiva	9%	29%

(i) Diferença permanente relativa a provisão da obrigação atuarial (Nota 20 (iii)).

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Lei 12.973/2014

Em 13 de maio de 2014, a Medida Provisória nº 627 de 11 de novembro de 2013 foi convertida na Lei nº 12.973 que altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins e revoga o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.

Desde de 1º de janeiro de 2015, a Companhia passou a adotar os critérios estabelecidos na Lei 12.973/2014 e não houve impactos relevantes em decorrência das mudanças realizadas.

19 Provisões

(a) Processos com probabilidade de perda provável

(I) Saldos Patrimoniais

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Administração acredita que as provisões são suficientes para cobrir eventuais perdas, as quais, líquidas dos depósitos judiciais, estão assim demonstradas:

	Provisões	Depósitos judiciais vinculados	31 de dezembro de 2015	Provisões	Depósitos judiciais vinculados	31 de dezembro de 2014
Ações com clientes (i)	561.061	(97.711)	463.350	638.637	(114.463)	524.174
Ações com fornecedores (ii)	296.660	(217.625)	79.035	260.854	(195.478)	65.376
Outras questões cíveis (iii)	124.833	(10.681)	114.152	126.403	(9.990)	116.413
Ações tributárias (iv)	62.812	(677)	62.135	55.554	-	55.554
Ações trabalhistas (v)	283.991	(3.073)	280.918	235.466	(2.233)	233.233
Ações ambientais (vi)	83.520	(896)	82.624	226.404	(807)	225.597
Total	1.412.877	(330.663)	1.082.214	1.543.318	(322.971)	1.220.347
Circulante	631.890	-	631.890	625.092	-	625.092
Não circulante	780.987	(330.663)	450.324	918.226	(322.971)	595.255

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(II) Movimentação

	31 de dezembro de 2014	Provisões adicionais	Juros e atualização monetária	Valores utilizados da provisão	Valores não utilizados (reversão)	31 de dezembro de 2015
Ações com clientes (i)	638.637	34.868	96.735	(92.203)	(116.976)	561.061
Ações com fornecedores (ii)	260.854	7.062	39.143	(5.837)	(4.562)	296.660
Outras questões cíveis (iii)	126.403	13.022	20.643	(12.778)	(22.457)	124.833
Ações tributárias (iv)	55.554	1.501	8.557	(266)	(2.534)	62.812
Ações trabalhistas (v)	235.466	114.499	27.231	(23.431)	(69.774)	283.991
Ações ambientais (vi)	226.404	17.072	16.247	(8.081)	(168.122)	83.520
Subtotal	1.543.318	188.024	208.556	(142.596)	(384.425)	1.412.877
Depósitos judiciais vinculados	(322.971)	(16.892)	(21.791)	26.061	4.930	(330.663)
Total	<u>1.220.347</u>	<u>171.132</u>	<u>186.765</u>	<u>(116.535)</u>	<u>(379.495)</u>	<u>1.082.214</u>

(b) Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia é parte integrante em ações judiciais e processos administrativos, as quais são consideradas pela Administração como sendo de perda possível e que não estão registradas contabilmente. Os processos de naturezas passivas, classificados como de perda possível, estão assim representados:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Ações com clientes (i)	414.700	461.900
Ações com fornecedores (ii)	1.606.100	1.346.400
Outras questões cíveis (iii)	683.000	447.900
Ações tributárias (iv)	945.400	632.100
Ações trabalhistas (v)	483.700	304.000
Ações ambientais (vi)	1.277.600	586.800
Total	<u>5.410.500</u>	<u>3.779.100</u>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Explicação sobre as naturezas das principais classes de processos

(i) Ações com clientes

Aproximadamente 1.155 ações foram ajuizadas por clientes comerciais que pleiteiam que suas tarifas deveriam ser iguais às de outras categorias de consumidores, 720 ações em que pleiteiam a redução da tarifa de esgotos em função de perdas ocorridas no sistema, requerendo, em consequência, a devolução de valores cobrados pela Companhia e 55 ações cujos clientes pleiteiam a redução de tarifa com o enquadramento na categoria Entidade de Assistência Social. A Companhia obteve decisões definitivas, tanto favoráveis como desfavoráveis, nas diversas instâncias judiciais, sendo constituídas provisões quando a expectativa de perda é considerada provável. O decréscimo ocorrido de R\$ 60.824 nos processos com expectativa de perda provável (líquidos dos depósitos judiciais), está relacionado, principalmente, a pagamentos ocorridos no período e as revisões de expectativas ocasionadas por decisões favoráveis à Companhia, durante o exercício de 2015. O decréscimo ocorrido de R\$ 47.200 nos processos com expectativa de perda possível está relacionado, principalmente, a revisões de expectativas.

(ii) Ações com fornecedores

As reclamações com fornecedores foram ajuizadas por alguns fornecedores alegando pagamento a menor de ajustes de atualização monetária, retenção de valores relacionados a expurgos decorrentes do Plano Real e desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Essas ações estão em tramitação nas diversas esferas judiciais, sendo provisionadas quando a expectativa de perda é considerada provável. O acréscimo ocorrido de R\$ 259.700 nos processos com expectativa de perda possível está relacionado principalmente a juros, honorários e atualizações de processos em andamento.

(iii) Outras questões cíveis

Referem-se principalmente a indenização por danos materiais, morais e lucros cessantes alegadamente causados a terceiros, que se encontra em diversas instâncias judiciais, provisionados quando classificados como de perda provável. O acréscimo ocorrido de R\$ 235.100 nos processos com expectativa de perda possível está relacionado aos novos processos ajuizados no ano de 2015 e a juros, honorários e atualizações de processos em andamento.

(iv) Ações Tributárias

Os processos de natureza tributária referem-se, principalmente, a questões ligadas à cobrança de tributos, questionada em virtude da divergência de interpretação da legislação por parte da Administração da Companhia, provisionados quando classificados como de perda provável. O acréscimo ocorrido de R\$ 313.300 nos processos com expectativa de perda possível está relacionado ao aumento do número de causas ajuizadas no ano de 2015 e a juros, honorários e atualizações de processos em andamento.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Em 2006, a Receita Federal, por meio de ação fiscal, verificou o cumprimento por parte da Companhia das obrigações tributárias relativas ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, no ano calendário 2001, apurando crédito tributário atualizado em 31 de dezembro de 2015 no valor de R\$ 455.934 (em 31 de dezembro de 2014 – R\$ 431.853). A Companhia recorreu desse lançamento e obteve provimento parcial de seu recurso em primeira instância administrativa de julgamento. Em dezembro de 2015, protocolou Recurso Voluntário contra a parte da decisão que lhe foi desfavorável. A Administração da Companhia considera que aproximadamente 90% desse processo administrativo, é considerado como de perda remota, e 10% como de perda possível.

(b) O Município de São Paulo, por meio de lei, revogou a isenção do imposto sobre serviços que até então a empresa detinha e na sequência efetuou autuações relativas ao serviço de esgotamento sanitário e sobre atividades meio, em um montante atualizado de R\$ 430.268 (em 31 de dezembro de 2014 – R\$ 357.528), que atualmente são objeto de três Executivos Fiscais, classificadas pela Administração como possível perda. A SABESP impetrou mandado de segurança contra a revogação, que teve a segurança denegada, estando atualmente em fase de admissibilidade dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos. Ajuizou ainda medidas cautelares e ações anulatórias, visando a suspensão da exigibilidade dos créditos e a nulidade das autuações, por entender que, não obstante a revogação da isenção, as atividades relativas ao esgotamento sanitário e às atividades meio não estão no rol das atividades passíveis de serem tributadas pelo Município. Não há decisão final de mérito e a Administração da Companhia avaliou o risco como de possível perda.

(c) A Receita Federal do Brasil indeferiu alguns pedidos de compensação realizados pela Companhia, que objetivavam a extinção de créditos tributários do IRPJ/CSLL, com aproveitamento de montantes que lhe eram favoráveis, oriundos de recolhimentos indevidos do IRPJ/CSLL, pagos por estimativa mensal. O valor envolvido nesses processos atualizados em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 57.612 (em 31 de dezembro de 2014 – R\$ 53.486). A Administração da Companhia avaliou o risco como de perda possível.

(d) A Companhia teve indeferido Pedido de Compensação de tributos, devidos nas competências de julho, agosto e setembro de 2002, com o aproveitamento dos créditos advindos do excesso de recolhimentos do IRPJ nos anos de 1997 e 1998 causados pela realocação das parcelas de correção monetária sobre as demonstrações financeiras (Lei 8.200/91), que haviam sido antecipadas no ano de 1996 por força de liminar, posteriormente excluídas por desistência do processo e adesão à MP 38/02. Após o julgamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, restou não homologado pelo Fisco o crédito provindo da competência de 1997. O valor envolvido está estimado e atualizado em 31 de dezembro de 2015 em R\$ 47.470 (em 31 de dezembro de 2014 – R\$ 45.401). A Administração da Companhia avaliou o risco como de perda possível.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Em 23 de junho de 2010, a SABESP celebrou com o Município de São Paulo contrato, cujo objeto é a prestação dos serviços de água e coleta de esgotos. Para a celebração do presente acordo, algumas ações judiciais entre as partes foram extintas. Porém outras não fizeram parte do mencionado ajuste, prosseguindo o feito normalmente. Estas ações, cujas expectativas são de provável e possível perda, versam sobre tributos e multas em geral e o montante atualizado até 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 17.772 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 15.746) e R\$ 87.650 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 71.677), respectivamente.

(f) Em 2005 a Receita Federal indeferiu parcialmente Pedido de Compensação realizado pela Companhia, que objetivava a extinção de crédito tributário do IRPJ, de aproximadamente R\$ 56.118, e da CSLL, de aproximadamente R\$ 8.659, dos períodos de apuração janeiro a abril de 2003, com o aproveitamento de saldos negativos de IRPJ e CSLL de anos anteriores. No despacho decisório, a autoridade não homologou o equivalente a R\$ 11.164 de IRPJ e R\$ 698 de CSLL, totalizando valor aproximado de R\$ 11.862. A Companhia obteve provimento parcial no recurso de manifestação de inconformidade interposto, de maneira que classificou como de possível perda o valor atualizado em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 7.636 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 7.288) e de perda provável o valor de R\$ 1.302 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 1.243).

(g) A SABESP interpôs dois mandados de segurança, visando a declaração de inconstitucionalidade de legislações municipais que impunham a cobrança de taxa decorrente de uso de áreas públicas para a instalação de rede de água e de esgoto, para a prestação de serviços públicos de saneamento básico. O primeiro mandado foi julgado improcedente em primeira instância e o Tribunal de Justiça de São Paulo, nos autos do Recurso de Apelação deu provimento parcial para reconhecer a impossibilidade da cobrança de contribuição mensal, por inconstitucionalidade dando como válida a necessidade de caução e demais exigências para a expedição do Termo de Permissão de Uso – TPU, no entanto, esta decisão não surtiu efeito porque as normas, objeto deste primeiro mandado, foram revogadas. No segundo mandado foi concedido parcialmente a segurança para vedar a exigibilidade do preço público e da caução pelo uso das áreas públicas decorrentes da incidência de legislação municipal. Foi negado provimento ao Recurso de Apelação da Municipalidade e aguarda julgamento em instância superior. A Administração avaliou o risco como possível perda, porém, não foi possível fazer uma estimativa do valor envolvido, tendo em vista que seria necessário saber a extensão das redes de água e esgotos e demais equipamentos instalados no solo urbano do município (vias públicas), bem como definir o valor do respectivo terreno com base na metragem utilizada.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(v) Ações Trabalhistas

A Companhia está envolvida em diversos processos trabalhistas, tais como questões referentes a horas-extras, escala de revezamento, adicionais de insalubridade e periculosidade, aviso-prévio, desvio de função, equiparação salarial, terceirização de serviços e outros pleitos, sendo que parte do montante envolvido encontra-se em execução provisória ou definitiva, nas diversas instâncias judiciais, as quais são classificadas como de probabilidade de perda provável e, consequentemente, provisionados. O acréscimo de R\$ 47.685, ocorrido nos processos de perda provável (líquidos dos depósitos judiciais) deve-se principalmente a revisão de expectativas ocasionadas por decisões desfavoráveis à Companhia. O acréscimo de R\$ 179.700, ocorrido nos processos de perda possível deve-se principalmente ao aumento de causas ajuizadas, revisão de expectativas e a juros, honorários e atualizações de processos em andamento no ano de 2015.

(vi) Ações Ambientais

As ações ambientais referem-se a vários processos administrativos e judiciais instaurados por órgãos públicos, inclusive pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – Cetesb, pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e outros, que objetivam algumas obrigações de fazer e não fazer, com previsão de multa pelo descumprimento além da imposição de indenização por danos ambientais alegadamente causados pela Companhia. Os valores provisionados representam a melhor estimativa da Companhia nesse momento, no entanto podem diferir do montante a ser desembolsado a título de indenização aos danos alegados, tendo em vista a fase atual em que se encontram os referidos processos. O decréscimo ocorrido de R\$ 142.973 nos processos com expectativa de perda provável (líquido dos depósitos judiciais) está relacionado a acordos efetuados durante o ano de 2015 e a revisões de expectativas ocasionadas por decisões favoráveis à Companhia. O acréscimo de R\$ 690.800, ocorrido nos processos de perda possível, deve-se ao aumento do número de causas ajuizadas no ano de 2015 e revisão de estimativas dos processos em andamento.

Dentre os principais casos que a Companhia está envolvida, existem seis ações civis públicas, cujos objetos são: a) condenar a SABESP a abster-se de lançar ou deixar cair o esgoto sem o devido tratamento; b) investir no sistema de tratamento de água e esgoto do Município, sob pena de pagamento de multa; c) pagamento de indenização pelos danos ambientais; entre outros. A administração classificou parte das demandas como de provável perda, no montante de R\$ 63.095 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 87.056) e, outras onze ações como possível perda no montante de R\$ 1.233.857 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 558.980).

(vii) Outros processos relacionados às concessões

A Companhia é parte em processos relacionados às concessões, casos em que pode perder o direito de explorar os serviços de fornecimento de água e coleta de esgoto em alguns municípios, dentre os quais destacamos:

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) O município de Cajobi ajuizou ação de reintegração de posse contra a SABESP, que foi julgada procedente para manter o município na posse dos bens e do serviço de água e esgoto. Atualmente aguarda a apreciação de Agravo Regimental interposto contra a decisão que negou seguimento ao Recurso Especial. Paralelamente a SABESP ajuizou Ação Cautelar de Produção Antecipada de Provas, para apurar o valor a ser pago pelo município, a qual se encontra em fase de perícia, para posterior ajuizamento de ação indenizatória, sendo considerada a expectativa de possível perda;

(b) A Companhia ingressou com ação de reintegração de posse contra o município de Álvares Florence, que foi julgada improcedente com trânsito em julgado em 3 de junho de 2015 e a operação não está mantida;

(c) O município de Macatuba ajuizou contra a SABESP ação de reintegração de posse a qual foi julgada procedente. A SABESP não opera no município e a expectativa é de provável perda. Paralelamente a SABESP ajuizou ação solicitando o pagamento de indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis não amortizados ou depreciados. A ação se encontra na fase de perícia, com expectativa de possível perda. Nesta mesma ação, o município de Macatuba entrou com recurso por entender que a SABESP auferiu, mediante cobrança de tarifas, mais do que a quantia investida no sistema de água e esgoto, requerendo a condenação desta Companhia em indenização a ser apurada por meio de perícia, com expectativa de possível perda;

(d) A Companhia ingressou com ação de manutenção de posse em face do município de Iperó, esta foi julgada improcedente e atualmente aguarda aceitação dos recursos extremos, todavia, o processo encontra-se suspenso para possíveis tratativas de acordo entre as partes. A expectativa é de provável perda. Paralelamente a SABESP promove medida cautelar antecipatória de provas, em que foi concedida a liminar, tão somente para a discriminação dos bens que integram o serviço que era prestado. Atualmente o processo judicial está suspenso para possível celebração de contrato de programa;

(e) O município de Embaúba ajuizou ação de reintegração de posse contra a SABESP, que foi julgada procedente para manter o município na posse dos bens e do serviço de água e esgoto. Houve trânsito em julgado em 29 de maio de 2015. A ação de indenização foi ajuizada tendo sido julgada improcedente em 1ª instância. Atualmente aguarda o julgamento da apelação. A expectativa é de possível perda;

(f) O município de Araçoiaba da Serra ajuizou ação de reintegração de posse contra a SABESP, que foi julgada procedente para manter o município na posse dos bens e do serviço de água e esgoto, a qual transitou em julgado. A SABESP ajuizou ação de indenização contra a municipalidade, a qual se encontra em andamento, em fase de perícia, com expectativa de possível perda;

(g) O município de Itapira ajuizou ação de reintegração de posse contra a SABESP, que foi julgada procedente para manter o município na posse dos bens e do serviço de água e esgoto. A SABESP ajuizou ação de indenização contra a municipalidade, a qual se encontra em andamento, com expectativa de possível perda;

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) O município de Tuiuti mediante ação declaratória, obteve o direito de se manter a frente dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos. No entanto, em sede de reconvenção, o município foi condenado ao pagamento de indenização, a ser corrigida desde março de 1996, decisão esta definitiva que passou a ser objeto de execução por parte da SABESP. A SABESP não opera no município. Na Reconvenção a expectativa é de remota perda.

O valor do ativo intangível referente aos municípios citados nos processos acima é de R\$ 33.502 em 31 de dezembro de 2015 (em 31 de dezembro de 2014 - R\$ 33.510). Caso algum município tenha êxito final na justiça lhe assegurando a reintegração de posse e operação dos serviços de saneamento, a legislação brasileira prevê a indenização dos investimentos efetuados pela Companhia.

Ver informações sobre processos referentes à EMAE na Nota 10 (c).

(d) Processos com acordos firmados em 2015

A Companhia firmou, durante o exercício de 2015, diversos acordos judiciais e administrativos totalizando o montante de R\$ 228.643. Desse valor, R\$ 212.713 está relacionado à execução de obras e R\$ 15.929 relacionados às compensações ambientais, este último, registrado como “outras obrigações”. O saldo acumulado, em 31 de dezembro de 2015, relativo a essas obrigações ambientais totaliza o montante de R\$ 32.146 (em 31 de dezembro de 2014 – R\$ 18.497).

(e) Seguro garantia de depósitos judiciais

Durante o segundo trimestre de 2015, a Companhia contratou seguro garantia para depósitos judiciais no montante de R\$ 500 milhões. A finalidade desse seguro é a utilização em demandas judiciais uma vez que, ao invés do desembolso de numerário imediato por parte da Companhia, é utilizada a garantia dada pelo seguro até a conclusão desses processos judiciais ou o período de vigência do contrato de até três anos.

Durante o ano de 2015, a Companhia utilizou o montante de R\$ 238.540 do valor total do seguro contratado.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Benefícios a funcionários

(a) Plano de benefício assistencial

Administrado pela Sabesprev e constituído por planos de saúde optativos, de livre escolha, mantidos por contribuições da patrocinadora e dos participantes, que no exercício foram às seguintes:

- Da Companhia: 7,4% (31 de dezembro de 2014 – 7,2%) em média da folha bruta de salários;
- Dos participantes: 3,21%, sobre o salário base e gratificação, que corresponde à média de 2,3% da folha de pagamento.

(b) Planos de benefícios previdenciários

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Plano financiado – G1 (i)		
Valor presente das obrigações de benefício definido	2.252.204	2.249.794
Valor justo dos ativos do plano	(1.586.930)	(1.573.723)
Passivo líquido reconhecido para obrigações de benefício definido	665.274	676.071
 Plano não financiado – G0 (iii)		
Valor presente das obrigações de benefício definido	2.166.942	2.053.527
Passivo líquido reconhecido para obrigações de benefício definido	2.166.942	2.053.527
Passivo no balanço patrimonial – obrigações previdenciárias (*)	2.832.216	2.729.598

O aumento do passivo em 2015 deve-se, principalmente, ao impacto do aumento real de salários e benefícios, embora tenha ocorrido aumento na taxa de desconto para os planos G1 e G0 para 7,23% e 7,25% em 2015 em comparação a 6,11% e 6,09% em 2014.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia em atendimento a CPC33 (R1) e IAS19, reconhece os (ganhos)/perdas decorrentes de alterações de premissas atuariais no patrimônio líquido, como ajuste de avaliação patrimonial, conforme demonstrado a seguir:

	Plano G1	Plano G0	Total
Em 31 de dezembro de 2015			
Ganhos/(perdas) atuariais sobre as obrigações	228.191	(24.224)	203.967
Ganhos/(perdas) nos ativos financeiros	(136.389)	-	(136.389)
Total dos ganhos/(perdas)	91.802	(24.224)	67.578
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Plano G1	(31.212)	-	(31.212)
Ajuste de avaliação patrimonial	60.590	(24.224)	36.366

	Plano G1	Plano G0	Total
Em 31 de dezembro de 2014			
Ganhos/(perdas) atuariais sobre as obrigações	(113.727)	(198.192)	(311.919)
Ganhos/(perdas) nos ativos financeiros	28.208	-	28.208
Outros	(2.397)	-	(2.397)
Total dos ganhos/(perdas)	(87.916)	(198.192)	(286.108)
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Plano G1	29.891	-	29.891
Ajuste de avaliação patrimonial	(58.025)	(198.192)	(256.217)

(i) Plano G1

Administrado pela Sabesprev, o plano de benefício definido (“Plano G1”) recebe contribuições paritárias estabelecidas em plano de custeio do estudo atuarial da Sabesprev que é o seguinte:

- 1,19% da parte do salário de participação até 20 salários unitários; e
- 10,13% do excesso, se houver, da parte do salário de participação sobre 20 salários unitários.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía um compromisso atuarial, líquido de R\$ 665.274 (R\$ 676.071 em 31 de dezembro de 2014) que representa a diferença entre o valor presente das obrigações da Companhia relativamente aos participantes empregados, aposentados e pensionistas e o valor justo dos ativos do plano.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2015	2014
Obrigação de benefício definido, início do exercício	2.249.794	1.988.912
Custo do serviço corrente	46.355	30.736
Custo dos juros	286.735	199.528
(Ganhos)/perdas atuariais contabilizados como ajuste de avaliação patrimonial	(228.191)	113.727
Benefícios pagos	(102.489)	(83.109)
Obrigação de benefício definido, final do exercício	2.252.204	2.249.794

A movimentação do valor justo dos ativos do plano ao longo do ano é como segue:

	2015	2014
Valor justo dos ativos do plano, início do exercício	1.573.723	1.442.164
Rentabilidade esperada dos ativos do plano	205.981	144.678
Contribuições esperadas da Companhia	23.052	21.223
Contribuições esperadas dos participantes	23.052	20.559
Benefícios pagos	(102.489)	(83.109)
Ganhos/(perdas) financeiras contabilizados como ajuste de avaliação patrimonial	(136.389)	28.208
Valor justo dos ativos do plano, final do exercício	1.586.930	1.573.723
(Déficit)/Superávit apurado	(665.274)	(676.071)

Os gastos reconhecidos no exercício são como segue:

	2015
Custo do serviço líquido	23.303
Custo dos juros	287.334
Rentabilidade esperada dos ativos do plano	(205.981)
Total dos gastos	104.656

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2015 os gastos relacionados à obrigação de benefício definido nos montantes de R\$ 68.412, R\$ 8.838 e R\$ 22.902, foram alocadas em custos operacionais, despesas de vendas e despesas administrativas. O montante de R\$ 4.504 foi capitalizado no ativo.

	2016
Despesas previstas	
Custo do serviço líquido	37.725
Custo dos juros líquido	295.421
Contribuição dos participantes	(23.143)
Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros	(207.650)
Total da despesa adicional a reconhecer	<u>102.353</u>

Premissas atuariais:

	2015	2014
Taxa de desconto – taxa real (NTN-B)	7,23% a.a.	6,11% a.a.
Taxa de inflação	6,49% a.a.	6,49% a.a.
Taxa de rendimento esperada dos ativos	14,19% a.a.	13,00% a.a.
Aumento salarial futuro	8,62% a.a.	8,62% a.a.
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000

Em 31 de dezembro de 2015 o número de participantes ativos era de 8.130 (8.670 em 31 de dezembro de 2014), e o de inativos era de 6.956 (6.675 em 31 de dezembro de 2014).

O benefício a ser pago do plano de pensão G1, esperado para o ano de 2016 é de R\$ 170.193.

As contribuições da Companhia e dos participantes ao Plano G1 em 2015 foram de R\$ 23.651 (em 2014 – R\$ 22.956) e R\$ 24.216 (em 2014 – R\$ 23.621), respectivamente.

A Companhia e a Sabesprev estão em processo de negociação para que o déficit atuarial seja equacionado, sendo que, as migrações estão suspensas por falta de uma decisão judicial definitiva sobre a questão. Mediante a continuidade do processo de migração do Plano BD para o Plano Sabesprev Mais a Administração estima reduzir o déficit atuarial em decorrência da mudança, pelos optantes, ao referido plano.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A análise de sensibilidade do passivo total do plano de pensão de benefício definido, em 31 de dezembro de 2015 às mudanças nas principais premissas ponderadas é:

Plano de pensão - G1	Alteração da premissa	Impacto sobre o valor presente das obrigações de benefício definido
Taxa de desconto	Aumento de 1,0%	Redução de R\$ 208.158
	Redução de 1,0%	Aumento de R\$ 227.435
Taxa de crescimento salarial	Aumento de 1,0%	Aumento de R\$ 76.545
	Redução de 1,0%	Redução de R\$ 67.687
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	Aumento de R\$ 43.690
	Redução de 1 ano	Redução de R\$ 42.665

Ativos do plano

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo obter retornos condizentes e reduzir os riscos associados a utilização de ativos financeiros disponíveis no Mercado de Capitais por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e a natureza de longo prazo do passivo do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local e internacional, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela legislação. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de seu gerenciamento são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela Sabesprev e de consultores financeiros independentes:

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Renda fixa			
- NTN'B's		834.535	790.779
- NTNC's		141.104	139.200
- NTN'F's		6.201	6.206
- LTN's		23.537	-
Títulos públicos em carteira própria	(a)	1.005.377	936.185
Cotas de fundos de renda fixa	(b)	99.664	120.413
Cotas de fundos de investimento em crédito privado	(c)	129.317	103.736
Debêntures		4.330	-
Total renda fixa		1.238.688	1.160.334
Renda variável			
Cotas de fundos de investimento em ações	(d)	174.794	223.167
Ações		2.121	-
Total renda variável		176.915	223.167
Investimentos estruturados			
Cotas de fundos de investimento em participações	(e)	89.165	83.204
Cotas de fundos de investimento imobiliários	(f)	25.885	30.672
Cotas de fundos de investimento multimercados	(g)	4.313	28.206
Total investimentos estruturados		119.363	142.082
Investimentos no exterior	(h)	20.511	19.079
Outros	(i)	31.453	29.061
Valor justo dos ativos do plano		1.586.930	1.573.723

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Renda fixa: composta por títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional, que vão de 2017 a 2050. Esses papéis têm como indexador os seguintes índices: NTN-b indexado pelo IPCA, NTN-c indexado pelo IGPM, NTN-f, que tem indexador pré-fixado e LTN-s, que tem indexador pré-fixado.

(b) Cotas de Fundo de Renda Fixa: Fundos de investimentos que buscam retorno em ativos de renda fixa e devem possuir, no mínimo, 80% da carteira em ativos relacionados diretamente, sintetizados via derivativos, ao fator de risco.

(c) Cotas de Fundos de Investimento em Crédito Privado: Fundos que buscam retorno por meio de aquisição de operações representativas de dívidas corporativas ou de carteira de recebíveis pulverizadas (diretos ou títulos), originadas e vendidas por diversos cedentes, que antecipam recursos e têm como lastros, recebíveis de atividades empresariais diversas.

(d) Renda variável: Fundo de ações, composto por ações de empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa.

(e) Cotas de Fundos de Investimento em Participações: Constituído em forma de condomínio fechado. Os recursos sob sua administração são destinados à aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas.

(f) Cotas de Fundos de Investimento Imobiliários: Fundos que investem em empreendimentos imobiliários (edifícios comerciais, shopping centers, hospitais, etc.). O retorno do capital investido se dá por meio da distribuição de resultados do Fundo ou pela venda das suas cotas no Fundo.

(g) Cotas de Fundos de Investimento Multimercados: Podem ser classificados como Multimercados Referenciados DI ou Multimercado Long & Short, buscam retorno básico do CDI ou arbitragem em ações, respectivamente.

(h) Investimentos no exterior: cotas de fundos de investimento em ações de empresas globais, majoritariamente empresas americanas.

(i) Outros: basicamente formado por empréstimos e imóveis.

As restrições a respeito dos investimentos da carteira de ativos, no caso de títulos do governo federal são:

- i) papéis securitizados pelo Tesouro Nacional não serão permitidos;
- ii) instrumentos derivativos só devem ser utilizados para proteção.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As restrições a respeito dos investimentos da carteira de ativos, no caso de títulos de renda variável para gerenciamento interno, são como segue:

- i) operações de *day-trade* não serão permitidas;
- ii) é proibida a venda de ações a descoberto;
- iii) são proibidas operações de *swap* sem garantia;
- iv) não será permitida a alavancagem, operações com derivativos que representam uma alavancagem do ativo ou venda a descoberto, tais operações não podem resultar em perdas maiores que os valores investidos.

Em 31 de dezembro de 2015, a Sabesprev possuía em sua carteira de investimentos debêntures emitidas pela Companhia no valor de R\$ 4.330 (em 31 de dezembro de 2014 – R\$ 1.893). Os imóveis mantidos em carteira não são usados pela Companhia.

O Mercado de Capitais brasileiro foi afetado em 2015 pela percepção negativa sobre a condução da Política Macroeconômica, pela persistência da inflação em níveis considerados altos e pelo baixo crescimento econômico; entretanto, mesmo diante desse cenário os ativos do plano renderam 12,82% em 2015 e 9,92% em 2014, sendo esta variação positiva impactada substancialmente pelos títulos públicos (NTNB's, NTNC's e NTNFS's).

Na Renda Fixa, os investimentos em Fundos de Renda Fixa e em Crédito Privado tiveram retornos positivamente impactados pelo efeito de marcação a mercado dos preços dos títulos públicos federais, que experimentaram uma significativa apreciação de valor em 2015 em relação ao fechamento de 2014.

Na Renda Variável, as ações de empresas brasileiras listadas na BM&FBovespa tiveram seus preços reduzidos. O retorno do principal índice bursátil brasileiro em 2015, o Ibovespa, de -13,31% ilustra a afirmação. Em 2014, o retorno do Ibovespa foi de -2,91%.

Na carteira de Investimentos Estruturados, o principal detrator de retorno foi o investimento em Cotas de Fundos de Investimento Imobiliários, que teve retorno negativo no período.

(ii) Plano de benefício previdenciário – Contribuição definida

Em 31 de dezembro de 2015, o Plano Sabesprev Mais, modelado em contribuição definida tinha 5.213 participantes entre ativos e assistidos (em 31 de dezembro de 2014 – 5.188).

Para o Plano Sabesprev Mais, as contribuições da patrocinadora corresponderão ao resultado obtido com a aplicação de um percentual de 100% sobre a contribuição básica efetuada pelo participante. Em 2015 os gastos relacionados à obrigação de contribuição definida, nos montantes de R\$ 4.028, R\$ 562 e R\$ 1.331, foram alocados em custos operacionais, despesas de vendas e despesas administrativas. O montante de R\$ 633 foi capitalizado no ativo.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No Plano Sabesprev Mais, o montante de compromisso apurado para todos os participantes que migraram até 31 de dezembro de 2015, foi de R\$ 7.907 (em 31 de dezembro de 2014 – R\$ 9.214) referentes a participantes ativos. A Companhia efetuou contribuições no montante R\$ 9.472, no exercício de 2015 (em 31 de dezembro de 2014 – R\$ 8.936).

(iii) Plano G0

De acordo com a Lei Estadual nº 4819/58, funcionários que iniciaram a prestação de serviço antes de maio de 1974 e foram aposentados como funcionários da Companhia adquiriram o direito de receber pagamentos complementares às aposentadorias e pensões pagas dentro do Plano G0. A Companhia paga a complementação dessas aposentadorias e pensões em nome do Governo do Estado e busca o reembolso desses valores, que são registrados como contas a receber de acionista, limitando-se aos valores considerados praticamente certos que serão reembolsados pelo Governo do Estado. Em 31 de dezembro de 2015, a obrigação de benefício definido para o Plano G0 era de R\$ 2.166.942 (em 31 de dezembro de 2014 - R\$ 2.053.527).

	2015	2014
Obrigação de benefício definido, início do exercício	2.053.527	1.780.268
Custo dos juros e serviço corrente	248.054	224.931
(Ganhos)/perdas atuariais contabilizados como ajuste de avaliação patrimonial	24.224	198.192
Benefícios pagos	(158.863)	(149.864)
Obrigação de benefício definido, final do exercício	<u>2.166.942</u>	<u>2.053.527</u>

Os gastos reconhecidos no exercício são como segue:

	2015
Custo dos juros e serviço corrente	248.054
Valor recebido do GESP (incontroverso)	(87.232)
Total dos gastos	<u>160.822</u>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2015 a despesa relacionada à obrigação de benefício definido nos termos do Plano G0 foi registrada em despesas administrativas.

Despesas previstas	2016
Custo dos juros	282.118
Total da despesa adicional a reconhecer	282.118

Principais premissas atuariais utilizadas:

	2015	2014
Taxa de desconto – taxa real (NTN-B)	7,25% a.a.	6,09% a.a.
Taxa de inflação	6,49% a.a.	6,49% a.a.
Aumento salarial futuro	8,62% a.a.	8,62% a.a.
Tábua de mortalidade	AT-2000	AT-2000

O número de participantes ativos do plano G0 em 31 de dezembro de 2015 é de 15 (22 em 31 de dezembro de 2014) e o número de participantes assistidos e pensionistas em 31 de dezembro de 2015 é de 2.186 (2.375 em 31 de dezembro de 2014).

O benefício a ser pago do plano de pensão G0, esperado para o ano de 2016 é de R\$ 178.691.

A análise de sensibilidade do passivo total do plano de pensão de benefício definido, em 31 de dezembro de 2015 às mudanças nas principais premissas ponderadas é:

Plano de pensão – G0	Alteração da premissa	Impacto sobre o valor presente das obrigações de benefício definido
Taxa de desconto	Aumento de 1,0%	Redução de R\$ 200.278
	Redução de 1,0%	Aumento de R\$ 218.825
Taxa de crescimento salarial	Aumento de 1,0%	Aumento de R\$ 225.333
	Redução de 1,0%	Redução de R\$ 198.756
Expectativa de vida	Aumento de 1 ano	Aumento de R\$ 86.386
	Redução de 1 ano	Redução de R\$ 82.234

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Participação nos resultados

Com base nas negociações realizadas entre a Companhia e as entidades representativas de classe funcional, foi implementado o Programa de Participação nos Resultados, considerando o período de janeiro a dezembro de 2015, com a distribuição do valor correspondente de até uma folha de pagamento, mediante o estabelecimento de metas. Em 31 de dezembro de 2015 o saldo a pagar relativo ao Programa, estava registrado na rubrica “salários, encargos e contribuições sociais”, no montante de R\$ 76.634 (em 31 de dezembro de 2014 – R\$ 72.946).

21 Serviços a pagar

Na conta de serviços, são registrados os saldos a pagar principalmente relativos aos serviços recebidos de terceiros, tais como fornecimento de energia elétrica, serviços de leitura de hidrômetros e entrega de faturas de água e esgoto, serviços de limpeza, vigilância e segurança, cobrança, assessoria jurídica, auditoria, publicidade e propaganda, consultorias entre outros. Também são registrados os valores a pagar de participação na receita da Prefeitura Municipal de São Paulo (Nota 14 (d) (v)). Os saldos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 eram de R\$ 387.279 e R\$ 318.973, respectivamente.

22 Patrimônio líquido

(a) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 15.000.000 (31 de dezembro de 2014 – R\$ 15.000.000), mediante deliberação do Conselho de Administração e ouvido o Conselho Fiscal.

Em caso de aumento do capital social, emissão de debêntures conversíveis e/ou bônus de subscrição mediante subscrição particular, os acionistas terão direito de preferência na proporção do número de ações que possuírem na ocasião, observado o disposto no Artigo 171 da Lei nº 6.404/76.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Capital social subscrito e integralizado

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 o capital social subscrito e integralizado é composto de 683.509.869 ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

	31 de dezembro de 2015		31 de dezembro de 2014	
	Número de ações	%	Número de ações	%
Secretaria da Fazenda	343.524.285	50,26%	343.524.285	50,26%
Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia	199.719.739	29,22%	169.000.272	24,73%
The Bank Of New York ADR Department (equivalente em ações) (*)	139.637.913	20,43%	170.351.902	24,92%
Outros	627.932	0,09%	633.410	0,09%
	<u>683.509.869</u>	<u>100,00%</u>	<u>683.509.869</u>	<u>100,00%</u>

(*) cada ADR corresponde a 1 ação.

(c) Remuneração aos acionistas

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com a legislação societária. Sobre os dividendos aprovados não incidem juros, e os montantes não reclamados dentro de 3 anos da data da Assembleia Geral que os aprovou prescreverão em favor da Companhia.

	2015
Lucro líquido do exercício	536.279
(-) Reserva legal - 5%	(26.814)
	<u>509.465</u>
Dividendo mínimo obrigatório – 25% (R\$ 0,1863 por ação)	<u>127.366</u>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Assembleia Geral de Acionistas aprovou em 30 de abril de 2015, a distribuição de dividendos na forma de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 252.304, relativo ao exercício de 2014. Dessa forma, o valor de R\$ 37.846, relativo ao excedente aos dividendos mínimos obrigatórios de 25%, estabelecido no estatuto, registrado no patrimônio líquido de 2014 na rubrica “dividendos adicionais propostos” foi transferido para o passivo circulante. O pagamento teve início em junho de 2015.

A Companhia propôs “ad referendum” da Assembleia Geral de Acionistas de 2016, dividendos na forma de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 127.366, correspondentes a R\$ 0,1863 por ação ordinária, líquidos do imposto de renda na fonte, de R\$ 11.074, a serem referendados na Assembleia Geral em 29 de abril de 2016.

A Companhia registrou dividendos a pagar na forma de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 127.366, considerando o limite mínimo estabelecido no estatuto. O montante excedente ao valor do dividendo mínimo obrigatório devido no exercício, de R\$ 22.527 foi reclassificada dentro do Patrimônio Líquido para a conta de “Dividendos adicionais propostos”, neste montante está considerado o valor do imposto de renda na fonte de R\$ 11.074.

De acordo com a Deliberação CVM nº 207/1996, a Companhia imputou os juros sobre o capital próprio ao dividendo mínimo, pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte. O valor de R\$ 11.074 referente ao imposto de renda na fonte foi reconhecido no passivo circulante, para cumprir com as obrigações fiscais relativos ao crédito dos juros sobre o capital próprio.

O saldo a pagar de juros sobre capital próprio, em 31 de dezembro de 2015, no montante de R\$ 127.441, refere-se ao valor declarado em 2015 de R\$ 127.366, líquido do imposto de renda retido na fonte e R\$ 75 declarados em exercícios anteriores.

(d) Reserva de capital

A reserva de capital compreende incentivos fiscais e doações recebidas pela Companhia e foi utilizada para aumento de capital em 2014.

(e) Reserva legal

Reserva de lucros - reserva legal: é constituída pela alocação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital e não pode ser utilizada para pagamento de dividendos.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Reserva de investimentos

Reserva de lucros - reserva para investimentos: é constituída especificamente da parcela correspondente aos recursos próprios que serão destinados à ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, baseado em orçamento de capital aprovado pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo da reserva para investimentos era de R\$ 3.273.580 e R\$ 2.914.008, respectivamente.

De acordo com o disposto no parágrafo quarto do Artigo 28 do estatuto social, o Conselho de Administração poderá propor à Assembleia Geral que o saldo remanescente do lucro do exercício, após dedução da reserva legal e do dividendo mínimo obrigatório, seja destinado à constituição de uma reserva de investimentos que obedecerá os seguintes critérios:

- I- seu saldo, em conjunto com o saldo das demais reservas de lucros, exceto as reservas para contingências e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social;
- II- a reserva tem por finalidade assegurar o plano de investimentos e seu saldo poderá ser utilizado:
 - a) na absorção de prejuízos, sempre que necessário;
 - b) na distribuição de dividendos, a qualquer momento;
 - c) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei;
 - d) na incorporação ao capital social.

(g) Destinação do lucro do exercício

	2015
Lucro líquido	
(+) Lucro do exercício	536.279
(-) Reserva legal – 5%	26.814
(-) Dividendos mínimos obrigatórios	127.366
(-) Dividendos adicionais propostos	22.527
Reserva de investimentos constituída em 2015	<u>359.572</u>

A Administração encaminhará para aprovação da Assembleia Geral proposta para a transferência dos saldos de lucros acumulados, no valor de R\$ 359.572 para a conta de Reserva para Investimentos, para fazer face às necessidades de investimentos previstas no Orçamento de Capital.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Lucros acumulados

Lucros acumulados: o saldo estatutário desta conta é zero, pois todo lucro acumulado deve ser destinado ou alocado para uma reserva de lucro.

(i) Ajuste de avaliação patrimonial

Os ganhos e perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são contabilizados como ajuste de avaliação patrimonial, líquidos dos efeitos do imposto de renda e contribuição social. Ver na Nota 20 (b) a divulgação da composição dos valores contabilizados em 2015 e 2014.

	<u>G1</u>	<u>G0</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4.880	(394.628)	(389.748)
Ganhos e (perdas) atuariais do exercício (Nota 20 (b))	<u>60.590</u>	<u>(24.224)</u>	<u>36.366</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	65.470	(418.852)	(353.382)

23 Lucro por ação

Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui potenciais ações ordinárias em circulação, como por exemplo, dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	536.279	902.983
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	<u>683.509.869</u>	<u>683.509.869</u>
Lucro básico e diluído por ação (reais por ação)	<u>0,78</u>	<u>1,32</u>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Informações por segmento de negócios

A Administração da Companhia, composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Colegiada, definiu os segmentos operacionais utilizados para a tomada de decisões estratégicas como prestação de serviço de água e esgoto.

(i) Resultado

	2015		Reconciliação para a demonstração do resultado	Saldo conforme demonstrações financeiras
	Água	Esgoto		
Receita operacional bruta	5.045.541	3.901.284	3.336.716	12.283.541
Deduções da receita bruta	(322.562)	(249.410)	-	(571.972)
Receita operacional líquida	4.722.979	3.651.874	3.336.716	11.711.569
Custos, despesas com vendas, gerais e administrativas	(3.462.057)	(2.088.065)	(3.263.808)	(8.813.930)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas e equivalência patrimonial	1.260.922	1.563.809	72.908	2.897.639
Outras receitas / (despesas) operacionais líquidas				143.755
Equivalência patrimonial				2.597
Resultado financeiro, líquido				(2.456.462)
Lucro operacional antes dos impostos				587.529
Depreciação e amortização	589.066	484.966	-	1.074.032

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2014			
	Água	Esgoto	Reconciliação para a demonstração do resultado	Saldo conforme demonstrações financeiras
Receita operacional bruta	4.896.657	4.008.678	2.918.036	11.823.371
Deduções da receita bruta	(335.498)	(274.657)	-	(610.155)
Receita operacional líquida	4.561.159	3.734.021	2.918.036	11.213.216
Custos, despesas com vendas, gerais e administrativas	(3.929.755)	(2.511.295)	(2.855.516)	(9.296.566)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas e equivalência patrimonial	631.404	1.222.726	62.520	1.916.650
Outras receitas / (despesas) operacionais líquidas				(3.488)
Equivalência patrimonial				(2.453)
Resultado financeiro, líquido				(635.866)
Lucro operacional antes dos impostos				1.274.843
Depreciação e amortização	526.876	477.595	-	1.004.471

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Explicação para os itens de reconciliação para as Demonstrações Financeiras.

Os impactos na receita operacional bruta e nos custos são:

	2015	2014
Receita bruta de construção referente ao ICPC 1 (R1) (a)	3.336.716	2.918.036
Custo de construção referente ao ICPC 1 (R1) (a)	(3.263.808)	(2.855.516)
Margem de construção	72.908	62.520

(a) A receita de construção é reconhecida conforme CPC 17 (R1), “Contratos de Construção” (IAS 11) usando o método de execução percentual. Vide Nota 14 (c) e (f).

(ii) Intangível

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo intangível, conforme segue:

	31 de dezembro de 2015	31 de dezembro de 2014
Ativo intangível:		
Serviços de água	11.811.976	10.289.735
Serviços de esgoto	14.253.815	13.492.613
Ativos dos segmentos reportados	26.065.791	23.782.348
Outros intangíveis	2.447.835	2.197.178
Total do intangível	28.513.626	25.979.526

Não há passivo alocado aos segmentos reportados.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Receitas operacionais

(a) Receita de serviços de água e esgoto:

	2015	2014
Região Metropolitana de São Paulo	6.021.949	6.235.276
Sistemas Regionais (i)	2.924.876	2.670.059
Total (ii)	8.946.825	8.905.335

(i) Compreende os municípios operados no interior e litoral do Estado de São Paulo.

(ii) A receita operacional bruta relacionada à prestação de serviços de água e esgoto, no montante de R\$ 8.946.825, a qual não considera a receita de construção, sofreu um acréscimo de R\$ 41.490 ou 0,5%, quando comparada aos R\$ 8.905.335 totalizados em 2014.

Os principais fatores responsáveis pelo acréscimo foram o reposicionamento tarifário de 6,5% desde dezembro de 2014, reajuste tarifário de 15,2% (7,8% de reajuste tarifário ordinário e 6,9% de revisão tarifária extraordinária) desde junho de 2015 e a aplicação da Tarifa de Contingência, com efeito de R\$ 499.730 em 2015.

O acréscimo na receita operacional bruta foi atenuado pela maior concessão de bônus, no contexto do Programa de Incentivo à Redução no Consumo de Água, com impacto de R\$ 926.057 em 2015 (R\$ 376.414 em 2014) e pela queda no volume faturado total em 6,8%.

• Programa de Incentivo à Redução de Consumo de Água da SABESP (Bônus)

Em 22 de outubro de 2014, a ARSESP publicou a Deliberação nº 514 que aprovou a bonificação por faixas de redução de consumo para o Programa de Incentivo à Redução do Consumo de Água da SABESP.

A bonificação por faixas de redução de consumo durante o período de vigência do Programa de Incentivo à Redução do Consumo de Água foi conforme segue:

- (a) Bônus de 30% (trinta por cento), para os usuários cujo consumo mensal seja reduzido em pelo menos 20% (vinte por cento) em relação à média de consumo do período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2014.
- (b) Bônus de 20% (vinte por cento), para os usuários cuja redução de consumo mensal seja maior ou igual a 15% (quinze por cento) e inferior a 20% (vinte por cento) em relação à média de consumo do período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2014.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (c) Bônus 10% (dez por cento), para os usuários cuja redução de consumo mensal seja maior ou igual a 10% (dez por cento) e inferior a 15% (quinze por cento) em relação à média de consumo do período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2014.

A bonificação por faixas de redução de consumo está sendo aplicada a todos os municípios que atualmente já recebem o bônus sobre os valores cobrados de água e esgoto.

A medida contemplou os clientes residenciais, comerciais, industriais e públicos até dezembro de 2015.

O valor do bônus em 2015 foi de R\$ 926.057 (em 2014 – R\$ 376.414).

Foi publicada em dezembro de 2015, a Deliberação nº 615, que autoriza a extensão do período de vigência do Programa de Incentivo à Redução do Consumo de Água da SABESP, até 31 de dezembro de 2016. Também foi aprovada a atualização do consumo de referência a ser considerado para obtenção do bônus.

Nas contas cujas leituras de consumo ocorram a partir de 1º de fevereiro de 2016, fica autorizada a atualização do consumo de referência para o cálculo do bônus tarifário, aplicando-se o fator de atualização de 0,78 (zero vírgula setenta e oito) à média de consumo observada no período de referência de fevereiro de 2013 a janeiro de 2014.

Foram mantidas as demais regras e condições do Programa não alteradas por esta Deliberação, inclusive quanto ao escalonamento das faixas de bonificação de 10%, 20% e 30%, conforme a economia obtida em relação ao consumo de referência atualizado.

A prorrogação aplica-se a todos os municípios que recebem o bônus tarifário atualmente, em decorrência do referido Programa.

• Adoção de tarifa de contingência

A ARSESP publicou em 7 de janeiro de 2015, a Deliberação nº 545, por meio da qual autoriza a adoção da tarifa de contingência aos usuários cujo consumo mensal ultrapasse a média apurada no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2014, conforme segue:

- (i) 40% de acréscimo sobre o valor da tarifa, aplicável à parte do consumo de água que exceder até 20% da média; ou
- (ii) 100% de acréscimo sobre o valor da tarifa, aplicável à parte do consumo de água que exceder a mais de 20% da média.

Estão sujeitos à tarifa de contingência todos os usuários, inclusive aqueles com contratos de demanda firme, ressalvados os seguintes casos:

- (i) aqueles com consumo mensal de água menor ou igual a 10 m³; e
- (ii) hospitais, prontos-socorros, casas de saúde, delegacias, presídios, casas de detenção, e os centros de atendimento da Fundação CASA.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tarifa de contingência vigorou para os consumos medidos desde a publicação da Deliberação até 31 de dezembro de 2015, sendo apurado o montante de R\$ 499.730 em 2015.

A ARSESP publicou em dezembro de 2015, a Deliberação nº 614, que dispõe sobre a prorrogação do prazo de vigência da Deliberação ARSESP nº 545, bem como dos critérios, regras e condições ali estabelecidos para a cobrança da tarifa de contingência pela SABESP, visando à redução do consumo de água em face da situação de grave escassez de recursos hídricos.

Foram mantidos os critérios, as regras e as condições atuais para a aplicação da tarifa de contingência pela SABESP, sendo que o prazo de vigência foi prorrogado até 31 de dezembro de 2016.

(b) Reconciliação da receita operacional bruta para a receita operacional líquida:

	2015	2014
Receita de serviços de água e esgoto	8.946.825	8.905.335
Receitas de construção (Nota 14 (c))	3.336.716	2.918.036
Impostos sobre vendas	(571.972)	(610.155)
Receita líquida	<u>11.711.569</u>	<u>11.213.216</u>

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26 Custos e despesas operacionais

	2015	2014
Custos operacionais		
Salários e encargos	1.503.383	1.494.147
Obrigações previdenciárias	75.247	47.855
Custos de construção (Nota 14 (c))	3.263.808	2.855.516
Materiais gerais	172.561	191.723
Materiais de tratamento	269.294	261.205
Serviços de terceiros	791.156	856.960
Energia elétrica	815.164	597.454
Despesas gerais	369.213	404.367
Depreciação e amortização	1.000.937	926.372
	8.260.763	7.635.599
Despesas com vendas		
Salários e encargos	237.848	236.109
Obrigações previdenciárias	9.761	6.225
Materiais gerais	3.692	4.549
Serviços de terceiros	247.687	252.628
Energia elétrica	770	579
Despesas gerais	86.064	86.590
Depreciação e amortização	9.883	10.339
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida dos recuperados (Nota 9 (c))	2.420	139.589
	598.125	736.608
Receitas (despesas) administrativas		
Salários e encargos	182.215	180.845
Obrigações previdenciárias	185.206	158.114
Reembolso GESP – benefícios pagos (Nota 10 (a) (vii))	(696.283)	-
Materiais gerais	2.340	5.861
Serviços de terceiros	123.802	205.341
Energia elétrica	1.596	1.032
Despesas gerais	11.467	228.737
Depreciação e amortização	63.212	67.760
Despesas fiscais	81.487	76.669
	(44.958)	924.359

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras **Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014** **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	2015	2014
Custos e despesas operacionais		
Salários e encargos	1.923.446	1.911.101
Obrigações previdenciárias	270.214	212.194
Reembolso GESP – benefícios pagos (Nota 10 (a) (vii))	(696.283)	-
Custos de construção (Nota 14 (c))	3.263.808	2.855.516
Materiais gerais	178.593	202.133
Materiais de tratamento	269.294	261.205
Serviços de terceiros	1.162.645	1.314.929
Energia elétrica	817.530	599.065
Despesas gerais	466.744	719.694
Depreciação e amortização	1.074.032	1.004.471
Despesas fiscais	81.487	76.669
Provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida dos recuperados (Nota 9 (c))	2.420	139.589
	8.813.930	9.296.566

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Receitas e despesas financeiras

	2015	2014
Despesas financeiras		
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos – moeda nacional (i)	(326.315)	(272.975)
Juros e demais encargos sobre empréstimos e financiamentos – moeda estrangeira (ii)	(127.352)	(92.180)
Outras despesas financeiras (iii)	(149.902)	(104.060)
Imposto de renda sobre remessa ao exterior	(20.389)	(14.334)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos (iv)	(171.735)	(98.309)
Variação monetária sobre déficit incentivo Sabesp Mais	(1.529)	(1.169)
Outras variações monetárias (v)	(20.594)	(10.597)
Juros e variações monetárias sobre provisões (vi)	(41.916)	(118.669)
Total de despesas financeiras	(859.732)	(712.293)
Receitas financeiras		
Variações monetárias ativas (vii)	166.887	91.930
Rendimento de aplicações financeiras (viii)	170.551	202.898
Juros ativos (ix)	44.358	125.757
Cofins e Pasp	(7.947)	-
Outras (x)	21.385	2.147
Total de receitas financeiras	395.234	422.732
Financeiras, líquidas antes das variações cambiais	(464.498)	(289.561)
Variações cambiais		
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos (xi)	(1.992.019)	(345.105)
Outras variações cambiais	(720)	(625)
Variação cambial ativa	775	(575)
Variações cambiais, líquidas	(1.991.964)	(346.305)
Financeiras líquidas	(2.456.462)	(635.866)

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) As despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos em moeda nacional sofreram acréscimo devido principalmente, à variação das taxas de juros flutuantes que remuneram estes contratos. As principais variações ocorreram no CDI médio e na TJLP que foram de 13,2% e 7,0%, respectivamente, em 2015 (10,8% e 5,0%, respectivamente, em 2014). Houve também acréscimo do saldo devedor devido à captação da 19ª Emissão de Debêntures, realizada em junho de 2014.
- (ii) O acréscimo na despesa com juros sobre empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, reflete principalmente, o aumento no saldo da dívida em razão da valorização do dólar americano e do iene que foi de 47,0% e 45,9%, respectivamente, em 2015 (13,4% do dólar americano e desvalorização de 0,4% do iene, em 2014).
- (iii) Outras despesas financeiras sofreram acréscimo, principalmente, devido ao reajuste do contrato da Parceria Público-Privada do Sistema Produtor Alto Tietê – CAB – Sistema Produtor Alto Tietê S/A, no montante de R\$ 13,6 milhões, ajuste valor presente de precatórios, no montante de R\$ 10,7 milhões e entrada em operação da SPE Sanevap São José dos Campos em janeiro de 2015, no montante de R\$ 8,6 milhões. Após a entrada de operação, conforme CPC 20 (R1), os juros apropriados para pagamento às SPes são reconhecidos como despesa financeira.
- (iv) A variação monetária é decorrente do aumento nos indexadores definidos nos contratos de empréstimos e financiamentos, tais como, TR e IPCA, que foram de 1,8% e 10,7%, respectivamente, em 2015 (0,9% e 6,4%, respectivamente, em 2014). As exposições a essas taxas são demonstradas na Nota 5.1 (e).
- (v) Outras despesas com variação monetária são substancialmente atualizações dos passivos referentes aos compromissos de investimento exigidos pelas parcerias público-privadas e principalmente, contratos de programa que são indexados pelo IPC/FIPE e IPCA/IBGE que foram de 11,1% e 10,7%, respectivamente, em 2015 (5,2% e 6,4%, respectivamente, em 2014).
- (vi) A variação é decorrente, principalmente, da menor correção monetária ocasionada em 2015 pela revisão de estimativa de probabilidade de perda de provisões para riscos.
- (vii) A variação é decorrente, principalmente, da atualização sobre o acordo com o Governo do Estado de São Paulo, firmado em 2015 (Nota 10 (a) (vii)), da atualização dos depósitos judiciais que são corrigidos pelo INPC/IBGE, que apresentou variação de 10,9% em 2015, comparado a 6,3% de variação em 2014 e da atualização monetária sobre acordos de parcelamentos.
- (viii) O decréscimo é decorrente do menor saldo médio de aplicações financeiras em 2015 quando comparado com 2014.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (ix) Decréscimo devido, principalmente, ao menor reconhecimento de juros sobre acordos de parcelamentos realizados em 2015.
- (x) Acréscimo de R\$ 19 milhões em outras receitas, sendo R\$ 14 milhões decorrentes da valorização das 2.221.000 ações da CTEEP transferidas para a SABESP como parte do pagamento acordado com o Governo do Estado; e R\$ 5 milhões decorrentes do recebimento de dividendos referente a essas ações.
- (xi) O acréscimo nas despesas reflete, substancialmente, o aumento no saldo da dívida em razão da valorização do dólar americano e do iene que foi de 47,0% e 45,9%, respectivamente, em 2015 (13,4% do dólar americano e desvalorização de 0,4% do iene, em 2014).

28 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Outras receitas operacionais, líquidas (i)	190.840	109.329
Outras despesas operacionais (ii)	<u>(47.085)</u>	<u>(112.817)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>143.755</u>	<u>(3.488)</u>

As outras receitas operacionais compõem-se, de lucro nas vendas do ativo imobilizado, vendas de editais, venda de direito de energia elétrica, indenizações e ressarcimento de despesas, multas e cauções, locação de imóveis, água de reuso, projetos e serviços do Pura.

- (i) As outras receitas operacionais apresentaram acréscimo de R\$ 81,5 milhões, tendo como principais fatores a venda de bens imóveis no montante de R\$ 48 milhões e de maior recebimento referente ao Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas no valor de R\$ 41 milhões.

As outras despesas operacionais compõem-se, da baixa de bens das concessões por obsolescência, obras desativadas, poços improdutivos, projetos economicamente inviáveis, perda do ativo imobilizado e custo excedente de energia elétrica comercializada.

- (ii) As outras despesas operacionais apresentam um decréscimo de R\$ 65,7 milhões, ocasionado principalmente pela maior incidência de provisão para baixa de obras, projetos e bens obsoletos em 2014, no montante de R\$ 58,8 milhões.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 Compromissos

A Companhia possui contratos para a administração e manutenção de suas atividades, bem como, contratos para construção de novos empreendimentos, visando atingir os objetivos propostos em seu plano de metas. A seguir os principais valores compromissados em 31 de dezembro de 2015:

	1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Obrigações contratuais - Despesas	1.337.822	921.402	238.360	1.345.403	3.842.987
Obrigações contratuais - Investimentos	1.955.717	2.208.859	1.130.238	6.295.689	11.590.503
Total	3.293.539	3.130.261	1.368.598	7.641.092	15.433.490

O principal compromisso refere-se à PPP São Lourenço. Vide Nota 14 (h).

30 Informações suplementares aos fluxos de caixa

	2015	2014
Total das adições do intangível (Nota 14 (b))	3.604.442	3.236.781
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	(1.207.090)	(577.924)
Total das adições no intangível conforme demonstração do fluxo de caixa	2.397.352	2.658.857
Transações de investimentos e financiamentos que afetaram o intangível, mas não envolveram caixa:		
Juros capitalizados no exercício (Nota 14 (e))	466.544	278.265
Empreiteiros a pagar	(57.041)	48.547
Compromissos de contratos de programas	136.543	62.250
Parceria Público-Privada – PPP São Lourenço (Nota 14 (h))	548.978	22.245
Arrendamento Mercantil	36.877	104.097
Margem de construção (Notas 14 (f) e 24)	72.908	62.520
Outros	2.281	-
Total	1.207.090	577.924

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

31 Eventos subsequentes

- **Santa Isabel**

Desde o dia 4 de janeiro de 2016, a SABESP assumiu a prestação dos serviços de saneamento em Santa Isabel, município com mais de 50 mil habitantes. O contrato, que foi assinado em 5 de agosto de 2015, tem prazo de 30 anos.

- **Autorização para elevação do limite de captação de água no Sistema Cantareira**

A Agência Nacional de Água – ANA e o DAEE, autorizaram, desde o mês de fevereiro de 2016 o aumento da vazão de captação de água no Sistema Cantareira, a qual passou para 23 m³/s comparativamente a 13,5 m³/s em outubro de 2015.

- **Protocolo de Intenções com os municípios de Guarulhos e Mauá**

A Companhia celebrou, em janeiro de 2016, Protocolo de Intenções com os municípios de Guarulhos e Mauá, com o objetivo de elaborar estudos e avaliações visando o equacionamento das relações comerciais e das dívidas existentes entre os municípios e a Companhia.

- **Amortização parcial extraordinária da 19ª Emissão de Debêntures**

Será realizada no dia 30 de março de 2016 a amortização parcial das debêntures em circulação da 19ª Emissão, mediante o pagamento de 60% do Valor Nominal Unitário das Debêntures, totalizando o montante de R\$ 300.000, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a última data de pagamento da remuneração, e demais encargos devidos e não pagos, até 30 de março de 2016, sem qualquer acréscimo a título de prêmio. O pagamento da amortização parcial extraordinária abrangerá todas as debêntures em circulação, de forma proporcional, e será efetuado utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP S/A - Mercados Organizados ("CETIP"), para as debêntures depositadas eletronicamente na CETIP, ou os procedimentos a serem indicados pelo Itaú Unibanco S/A, na qualidade de Escriturador, para as debêntures que não estiverem depositadas eletronicamente na CETIP.

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- **Solicitação para cancelamento do Bônus e Tarifa de Contingência**

No dia 24 de março de 2016, o Conselho de Administração autorizou a Companhia a pleitear junto à ARSESP o cancelamento, a partir das leituras de consumo de 1º de maio de 2016, do Programa de Incentivo à Redução do Consumo de Água por meio da Concessão de Bonificação na Conta de Água e Esgoto – Bônus, bem como da Tarifa de Contingência incidente sobre a conta de água. Na mesma data a Companhia protocolou tal pleito junto à ARSESP.